



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

1 Deputado Municipal do CDS- António José Mendes Pinto Farrajota;-----

1 Deputado Municipal do BE- Carlos José da Silva Martins);-----

Também estiveram presentes o **Presidente da Câmara**, Vítor Aleixo, e os **Vereadores**, Pedro Pimpão, Heloísa Madeira, Abílio Sousa, Ana Machado, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias, José Graça e Horácio Piedade.-----

Estiveram ausentes:-----

O **Deputado Independente**, Fernando Domingos dos Santos, informou previamente o Presidente da Assembleia Municipal, que não iria participar na reunião.-----

Apresentaram pedido de suspensão de mandato:-----

Os **Deputados Municipais do PS**, Joaquim Manuel dos Santos Vairinhos, não tendo o mesmo sido substituído, Maria da Conceição Leite Esteves Duarte, tendo a mesma sido substituída por Manuel Vitorino Correia Inácio.-----

O Deputado Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), comunicou impedimento em estar presente, designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Célia Sezinando Simão.-----

Os **Deputados Municipais do PSD**, Bárbara Maria do Amaral Correia, não tendo a mesma sido substituída e Duarte José de Sousa Duarte, tendo o mesmo sido substituído por Iolanda Alexandra Viveiros Melo.-----

O Deputado Deodato Martins João (Presidente da Junta de Freguesia de Salir), comunicou impedimento em estar presente, designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Francisco André Pereira Rodrigues.-----

A Deputada Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim), comunicou impedimento em estar presente, designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Manuel Fernandes Gaspar.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Faltou sem ter apresentado justificação, Ricardo Manuel Casanova Lampreia.---

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de trabalhos:-----

-----**Ordem de Trabalhos**-----

1- **Apresentação e discussão do Estudo Técnico "Monitorização Ambiental e Avaliação do Funcionamento do Aterro Sanitário do Sotavento Algarvio".**-----

2- **Apresentação e discussão do Plano de Ação para a Sustentabilidade Energética e Climática do Concelho de Loulé.**-----

2.1)- **Votação do relatório final do Plano de Ação para a Sustentabilidade energética e climática do Concelho de Loulé;**-----

2.2)- **Votação da Proposta de Adesão ao Pacto dos autarcas para a Energia e Clima;**-----

Foram iniciados os trabalhos;-----

Entrou-se no Ponto 1 da Ordem de Trabalhos:-----

1- **Apresentação e discussão do Estudo Técnico "Monitorização Ambiental e Avaliação do Funcionamento do Aterro Sanitário do Sotavento Algarvio".**-----

Para a apresentação deste ponto, foi cedida a palavra ao Senhor **Vereador Carlos Carmo**, referindo que muito rapidamente só para contextualizar porque a Engenheira Maria Manuel Farinha irá fazer uma apresentação do estudo, mas não queríamos deixar de referir 2 ou 3 notas que achamos que são importantes. A Câmara Municipal de Loulé nos últimos anos, nomeadamente, neste último mandato passou a ter uma atitude muito mais interventiva, eu diria, mais proativa no âmbito das suas funções que detém na Comissão de Acompanhamento do Aterro Sanitário do Sotavento Algarvio, que se situa, como sabem, na Cortelha. Esta proatividade passou a ser uma exigência desde abril de 2018, mais propriamente no dia 7, quando um grave acidente acontece naquele aterro com a rutura de uma das telas de cobertura de uma das células em que permitiu, infelizmente, o derramamento de lixiviados para a linha de água que corre junto ao aterro e com grave consequência para todo o ecossistema que rodeia esta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

infraestrutura. Imediatamente o Senhor Presidente da Câmara decidiu marcar uma reunião de urgência e extraordinária da Comissão de Acompanhamento, logo 3 dias a seguir, no dia 10 na Câmara Municipal, dizer que essa foi, provavelmente, a única reunião que todas as entidades que fazem parte dessa Comissão estiveram presentes, também é bom dizê-lo porque há muitas entidades que raramente participam nestas reuniões, e nessa reunião foi aprovada uma proposta apresentada pela Câmara Municipal para elaborar uma fiscalização de terceira parte, que é assim que se denomina, no âmbito da contratação pública que o CCP nos obriga, fomos procurar quais as melhores entidades que poderiam realizar um estudo que tinham que ter algumas condicionantes e que eu passo rapidamente a referir. Portanto, os serviços contratados incluíram auditorias, diagnósticos de conformidade legal, fiscalização, acompanhamento ambiental, estudos de dispersão de poluentes e de contaminação de solos e águas, análise de risco ambiental, entre outros. Objetivos: analisar e avaliar o funcionamento do aterro, analisar o atual quadro das principais ameaças contra o ambiente e propor medidas preventivas e corretivas ao funcionamento do aterro. Este estudo, infelizmente, também teve consequências com a pandemia porque ele estava pronto no decorrer do ano de 2020, mas só foi possível concluir uma parte final que era muito importante que era a análise das telas já o ano de 2020 decorria o seu segundo semestre e só em 27 de novembro foi marcado uma reunião da Comissão de Acompanhamento onde foi feita a apresentação deste estudo aos membros da Comissão de Acompanhamento que depois pediram para que o documento fosse distribuído, como foi, e noutra reunião já em janeiro pudesse ser discutido e analisado já com a matéria mais conhecedora de todos os membros. A ALGAR fez uma apreciação ao documento, a CCDDR, a APA, a própria Associação ALMARGEM, de referir que também fez um conjunto de considerandos e a equipa técnica decidiu em conjunto com a Câmara que perante estas considerações seria necessário fazer uma adenda ao estudo que foi elaborado. Mas em traços muito gerais, haverá aqui outras notas, fica para o decorrer do debate, se assim for necessário, eu passaria à Engenheira Maria Manuel Farinha que apresentasse então o estudo aos Senhores Deputados.-----

Foi dada a palavra à Senhora **Engenheira Maria Manuel Farinha**, referindo que irá procurar ser breve, alguns comentários são muito técnicos em termos de contaminações, vamos falar de cada um dos temas. Antes de mais, eu coordenei a equipa que envolveu o ISQ, a empresa do grupo ISQ Tekbox, o Centro para a Valorização de Resíduos da Universidade do Minho, a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, o Laboratório de Ensaio de Materiais e Construção e o grupo Coba. Foi um estudo feito por uma equipa multidisciplinar com a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ



participação de todos em várias vertentes. No fundo este estudo, e já foi dito o enquadramento, foi um pedido da Câmara Municipal de Loulé, nós concorremos a um concurso público em que tinha por objetivo avaliar o funcionamento do Aterro Sanitário do Sotavento Algarvio, identificar anomalias, situações passíveis de melhoria e medidas de prevenção e avaliar também o cumprimento dos requisitos legais em termos de licença ambiental. Tudo isto surgiu no decurso de um acidente que ocorreu com consequências para o ambiente, mas no fundo, também, tinha como objetivo avaliar outros acidentes que tinham ocorrido e perceber o que é que se teria que ser feito naquele Aterro Sanitário do Sotavento Algarvio.- A equipa é multidisciplinar, foi dividida em várias fases, uma para a parte da monitorização da qualidade das águas superficiais e solos, a parte da avaliação do funcionamento da estação de tratamentos de águas e lixiviados e também as questões de estanquidade e estabilidade do próprio aterros para as células já existentes para a nova célula C, que estava em construção na altura, e que quando foi feita a nossa avaliação apenas a célula A e B estavam em exploração, a célula C já estava construída, mas não estava em exploração. As estações de tratamento existiam 2 e essas foi as que nós avaliamos posteriormente e após a entrega do estudo já se encontrava em funcionamento a estação de tratamento número 3, mas para a qual nós não tivemos informação adicional e então não foi considerado neste estudo. Relativamente à célula C aí sim, fizemos alguns mapeamentos em termos de estanquidade e estabilidade e que serão apresentados neste estudo, bem como algumas medidas que consideramos necessárias em implementar de futuro.-----

Como uma perspetiva genérica, desde o início do estudo do nosso acompanhamento que tinham uma avaliação bimensal em que vínhamos fazer a monitorização de águas superficiais e solos em algumas delas, notou-se uma evolução no aterro em termos de acompanhamento e de implementação de medidas após as nossas visitas ao aterro, o que demonstra a necessidade por parte da Comissão de Acompanhamento de um envolvimento mais eficaz de todos os participantes desta Assembleia e de um acompanhamento de algo que é tão importante para esta zona, mas que tem que ser monitorizada todos os dias e garantindo sempre o bom funcionamento daquele aterro.-----

Em termos de anomalias que nós detetamos logo na primeira visita, quando estivemos lá no início do ano, reparamos e detetamos que havia uma limitada capacidade de tratamento e retenção de lixiviados, não só após o acidente, que tinha havido o acidente e não havia a instalação tinha 2 estações de tratamento de osmose inversa, teve que contratar estações adicionais para conseguir fazer o tratamento daqueles lixiviados, porque imaginem uma célula inteira a tela rompeu e tudo o que estava de lixiviados com o declive escoou diretamente para a ribeira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

e foi, no fundo, escoada para fora do aterro. Como a quantidade era muito grande, a estação de tratamento não tinha a capacidade para tratar e a ALGAR colocou lá estações adicionais em termos de osmose inversa para tratar. Teve também que criar este tipo de lagoas de propensão de lixiviados e foi também encaminhando estes lixiviados para a estação de tratamento de Santo André que já era hábito fazer ao longo dos anos, tem vindo a diminuir, mas que era hábito fazer por não ter capacidade interna de tratar todos os lixiviados produzidos na estação de tratamento. Aquelas lagoas são as lagoas que foram criadas provisoriamente onde foram colocados os lixiviados para posteriormente serem tratados e depois por sua vez serem devolvidos à ribeira.-----

Para quem não conhece em pormenor, no fundo nós temos uma lagoa de regularização e arejamento que tem 2550 metros cúbicos que é localizada a jusante à célula B e junto à estação de tratamento 1 e 2 que é esta, no fundo isto é a estação de tratamento, aqui assim temos a zona, o ponto de descarga para o meio e aqui para trás foi onde foi criada uma bacia adicional, uma lagoa adicional de emergência, após este incidente, também por recomendação da Agência Portuguesa do Ambiente e da ARH porque havia imenso lixiviado e teria que se conter o lixiviado o mais possível na instalação a ser tratada à posteriori. Para além daquela lagoa, existe uma lagoa de tempestade com 25.000 metros cúbicos, isto no fundo é um sistema conjunto onde todo o lixiviado que é produzido no aterro ele é encaminhado para estas lagoas e é depois tratado por osmose inversa nas estações de tratamento para depois ser devolvido ao meio hídrico. No fundo, o que nós detetamos nas primeiras visitas que fizemos foi algumas fissuras ao longo da zona envolvente da lagoa de tempestade, que no fundo é esta parte aqui, e temos aqui as recolhas iniciaram-se aqui e fizeram, no fundo, este caminho que aqui está até lá à saída onde estava aquela estação de tratamento. Para além disso, nós detetamos que existiam nas células que estavam a ser ainda em exploração que existiam concentrações de lixiviado no corpo do aterro, pequenas piscinas que são nos favoráveis à estabilidade do aterro e à eficiente circulação de lixiviados através do corpo do aterro. No fundo, estas piscinas, isto é lixiviado que é colocado no topo, e que no fundo vai sendo injetado dentro do próprio aterro, no topo da célula A. Detetamos também relativamente aos diques de terras para contenção na zona de acumulação de lixiviado, na encosta sul do talude, na célula A, no fundo isto é lixiviado, aqui estamos a ver a célula C, novo sistema de impermeabilização, a nova célula que não estava em exploração e tinha também aqui um grande dique de terras de contenção de resíduos. É uma célula de grande dimensão, com grande declive, à data de hoje e de acordo com os colegas da Faculdade de Engenharia do Porto já não é habitual fazerem-se células com declives tão grandes.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Em termos da primeira visita, que depois não se conseguiu fazer recolhas, mas na primeira visita detetaram-se surgimentos nas caleiras que poderiam evidenciar que havia problemas na base do aterro que são muito difíceis de analisar, só através do solo da envolvente, posteriormente quando começamos a fazer as monitorizações não foi possível recolher, esta situação podia ter sido de um derramamento de um camião que passam nesta vertente e também a quantidade que existia não era possível recolher e para além disso há aqui uma dificuldade que tem a ver com as características do solo naquela zona. É muito xistosa e para fazer a recolha do solo rapidamente encontramos a rocha mãe e é difícil recolher pois com a rocha não se consegue fazer monitorização de solo.-----

Em termos de monitorização das águas superficiais foram feitos, no fundo, estes pontos, como mostrei há pouco, esta é a célula C, é a nova célula C que entrou em exploração, aqui estava uma pequena nascente e nós começamos a fazer toda estas monitorizações, parece que está tudo ao mesmo nível, mas não é, tem declive, esta zona até aqui assim depois fora já do aterro onde fizemos a monitorização do ponto já fora do limite do aterro. Nem sempre conseguimos recolher em todos os pontos, nomeadamente, neste devido à vegetação, isto parece fácil o acesso, mas mesmo aqui é de muito difícil acesso porque tem muita vegetação alta e é difícil recolher amostras. Também no verão há maior dificuldade porque o caudal em termos da ribeira é baixo. O que é que foram analisados? No fundo, foi feita uma periodicidade bimensal, foram avaliados todos estes parâmetros em termos de águas superficiais, no fundo do ponto 2 até ao ponto 3, fizemos toda esta monitorização e foram monitorizados a carência bioquímica, a carência química, o azoto amoniacal que é o tão falado e que é um dos que não é cumprido, e depois os solos suspensos totais, cianetos, crómios, arsénios, manganeses, vários desses agentes.-----

Fez-se a monitorização no comentário da ALGAR e após várias discussões com a ARH e com a própria APA porque fez-se a monitorização comparando com as águas superficiais e de acordo com a dificuldade que existe pelo caudal a APA diz que pode-se estender dentro do aterro tudo será considerado como águas residuais, todos aqueles pontos que estão lá dentro são águas residuais. Nós o que constatamos é que nunca verificamos em nenhuma das monitorizações que fizemos nunca constatamos que estava a haver qualquer descarga proveniente da estação de tratamento diretamente. Era caudal que vinha da própria nascente, mas de qualquer maneira fizemos ali a consideração comparando com os valores também de águas residuais que são superiores, no fundo o que se está a dizer é que, tudo o que está dentro do aterro, mesmo que já saia da estação de tratamento e que já tenha sido tratado e está a ser descarregado ali naquela zona, ela está a ser tratada como se fosse uma água residual e não está a ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

tratada como uma água superficial que nós vamos ter que apanhar mais à frente e vamos ter que monitorizar mais à frente e temos que garantir que ela é entregue no fundo de acordo com estes valores limites, são valores limites de águas superficiais que são muito mais exigentes do que das águas tratadas. No fundo, o que a APA diz é que podemos chegar mais para fora da estação de tratamento sem cumprir os valores das águas superficiais face à dificuldade que existe dentro do próprio aterro, porque não tem caudal suficiente da ribeira.-----
Relativamente aos valores detetados e em todos os pontos o azoto amoniacal é um facto que tenha sido constatado desde o início do funcionamento do aterro, desde que começou a funcionar este aterro nunca foram cumpridos o azoto amoniacal e esse é um dos parâmetros que têm sido propostos vários sistemas de tratamento e não são eficazes. O que foi dito no relatório da ALGAR, é que agora eles têm uma nova estação de tratamento, essa terceira, isso ficaria resolvido. Não sabemos, não fizemos essa avaliação, mas é o que é dito é que com esta nova estação de tratamento conseguir-se-ia cumprir o valor do azoto amoniacal que é um dos parâmetros que não está a ser cumprido. Independentemente compararmos com as águas superficiais ou com as águas residuais, esse parâmetro do azoto amoniacal nunca é cumprido e num caso pontual a carência bioquímica também está acima dos valores limites dos 40 miligramas.-----
Em termos dos solos, foi feita a monitorização nestes locais e num valor de referência fora da instalação para se tentar perceber se havia contaminações, saber se esta zona estava limpa e estas aqui não conseguimos monitorizar devido à dificuldade que eu referi por causa da tipologia do solo, fez-se esta monitorização para acompanhar, no fundo, os locais que tinham sido monitorizados em termos das águas. O que se detetou de uma forma geral é que em termos de profundidade nós tivemos entre os 15 e os 70 centímetros, não conseguimos perfurar mais, encontrávamos sempre a rocha mãe e tentamos em vários locais, e foi difícil fazer essa recolha, de qualquer forma todos os valores foram utilizados, não sei se todos têm conhecimento, mas apesar de não ter saído a legislação dos solos que era para ter sido publicada em 2017, a Agência Portuguesa do Ambiente em 2019 publicou vários guias técnicos que, no fundo, vêm dar um bocadinho o incorporamento da legislação que não sai, mas que vem definir os valores limites, criando aqui um referencial e vem também definir os parâmetros a serem utilizados. Nós aqui comparámos na tabela B, a tabela B devido à proximidade com a massa de água utilizamos aqui esta tabela para o ponto 6, para o local 6, e utilizamos a tabela C para solos pouco profundos porque no fundo tínhamos feito as recolhas entre os 15 e os 70 centímetros. Ao fazer esta análise verificou-se, como era expectável, que é um solo maioritariamente composto por argila arenoso, tem algumas amostras de franco arenoso, e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ



detetamos também que de uma forma geral os solos são não contaminados. Existem algumas exceções no caso do arsénio, mas isto tudo está associado à natureza daquela instalação e às características da área onde está instalado o aterro.-----

Relativamente aos restantes parâmetros, eles estão conformes, de qualquer forma, uma vez que temos valores que estão muito, são muito poucas amostras e que no fundo acabam por ter alguma dificuldade em termos de recolha, seria importante continuar a fazer esta monitorização fazendo maiores indicadores e acompanhando isto não só uma vez num ano, mas fazendo uma monitorização anualmente, fazer a monitorização do acompanhamento do aterro, perceber como é que é o seu funcionamento para conseguirmos avaliar se há contaminações ou não. O que é que se procurou fazer com este estudo? Verificar se não tivemos uma contaminação enorme, enorme, e que poderia ter ficado à mesma em termos de impermeabilizada no solo o que depois por sua vez com as chuvas, ele vai sendo lixiviado e vai sendo descarregado outra vez na ribeira. Não foi possível nas análises recolhidas detetar essa contaminação devido a estas características do próprio solo.-----

Relativamente ao funcionamento da estação de tratamento de águas lixiviadas ou de lixiviados, ela basicamente o que faz é receber os lixiviados das células A e B, à data, era o que fazia, as águas residuais domésticas das instalações sanitárias, as águas residuais das lavagens dos camiões, todas as escorrências das plataformas, as zonas da prensagem, enfardamento e de um posto de combustível. No fundo, esta estação de tratamento é que vai ser responsável para garantir que a água que vai ser devolvida ao meio hídrico cumpre os critérios que estão previstos na legislação. Esta ETAL tem uma capacidade de 340 metros cúbicos por dia, tem a tal lagoa de regularização, que falei há pouco, de 2500, uma lagoa de tempestade e tinha 2 unidades de osmose inversa e à data foi introduzida uma nova estação de tratamento que não está refletida neste estudo por não estar instalada quando nós começamos a fazer o estudo e mesmo no fim não tendo sido fornecida qualquer informação.-----

Com base nos estudos dos relatórios ambientais do Aterro Sanitário do Sotavento Algarvio, foi feita essa avaliação ao relatório ambiental que é feito e que é todos os anos, de acordo com as exigências legais, apresentada à Agência Portuguesa do Ambiente, conseguiu verificar-se que de uma forma geral são cumpridos os valores limites de emissão com exceção do azoto amoniacal, o azoto total e nas amostragens maio, agosto e novembro a carência bioquímica de oxigénio. No fundo, acabamos por ver aqui também destes indicadores, o que é que a ALGAR detetou que podia ter sido originário disso? Por um lado, terão sido contaminações da própria amostra, no caso de carência bioquímica de oxigénio, e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

no caso do azoto amoniacal por ter havido a passagem do ião NH_3^+ e consequentemente por ter outras características para as quais a osmose inversa tem impermeabilidade, esse NH_3 passaria para fora da osmose inversa sem ficar retido. O que é que foi feito em termos da estação de tratamento? Foi implementada um novo sistema em termos de acompanhamento destas variáveis e foram feitas melhorias no sistema de *stripping*. Adicionalmente o que a ALGAR nos indicou é que colocou também essa terceira estação de tratamento também para colmatar este ponto.-----

Em termos dos resultados, foi feita uma amostragem no local a 24.06.20202 e foi esta que o Senhor Vereador disse que não foi possível fazer anteriormente, no fundo nós pretendíamos fazer uma recolha do permeado, fomos ao local e fazer a comparação com os valores que tínhamos dos relatórios e de todos os boletins ambientais. Verificamos na mesma que havia os tais incumprimentos do azoto amoniacal, a carência química de oxigénio e havia aqui alguma discrepância entre a fase de projeto e as comparações com os valores que nós tínhamos em projeto. Havia discrepância com os valores obtidos do azoto amoniacal, carência bioquímica de oxigénio e carência química de oxigénio, quando comparados com o que era expectável em fase de projeto e isto acrescido de que em projeto esperava-se que a quantidade seria muito superior ao que era expectável ser tratado e o que nós constatamos é que ao longo dos anos a questão da estação de tratamento instalada nunca conseguiu tratar a quantidade de lixiviado que era em excesso e tinha que ser enviado para o exterior para ser tratado. No fundo, o que é recomendável e tendo em atenção que entrou uma nova célula em funcionamento, em exploração, é verificar se esta terceira estação de tratamento realmente consegue colmatar esta debilidade que já existia anteriormente e, por sua vez, uma vez que temos uma célula de uma grande dimensão, se ela terá a capacidade para também tratar estes todos lixiviados.---

Relativamente ao comentário do relatório da ALGAR e uma vez que nós não tínhamos esta informação em termos da estação de tratamento por isso não conseguimos avaliar, sugerimos que deve haver uma monitorização daquela instalação e deve ser feito um acompanhamento em termos de tratabilidade. Verificarmos, independentemente, de nós estarmos num aterro e poder ser considerado que nós nunca verificamos descargas das tais águas residuais que estavam a ser descarregadas, não foram verificadas em nenhuma das amostragens, no fundo garantir que estão a ser cumpridos os valores limites de águas residuais e, por sua vez, aumentarmos aquela monitorização para fora do aterro sanitário e do aterro sanitário apesar das dificuldades que podem existir. Nós vamos ter dificuldades e estamos a avaliar como é que vamos fazer essas monitorizações pelas questões que referi anteriormente. Dificuldade de acesso,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

tem que se ir a pé e não é por não conseguirmos ir a pé, é mesmo porque muitas vezes o mato é tão grande e tão alto que nós não conseguimos aceder para chegar à ribeira para sequer fazer a recolha. E essa é a dificuldade em alguns pontos. E isso vamos ter que garantir que na amostragem, continuando a fazer essa amostragem que iríamos ter pontos de referência e conseguimos monitorizar em todas as vezes e isso está a ser articulado com a Câmara para depois conseguirmos garantir as acessibilidades aos locais que iremos fazer para fora da instalação.-----

Relativamente às questões de estanquidade e estabilidade, este estudo foi atrasado também porque na altura não nos foi permitido aceder, fazer verificações na célula C, isto porque a célula C estava na garantia em termos de construção e o facto de nós irmos fazer recolhas de tela, em locais para verificar se a estanquidade e a estabilidade estavam bem, poderia causar problemas em termos de posteriormente quem construiu alegar que a garantia não tinha estabilidade e tinha sido por ter sido feito estes estudos. Então o que é que nós esperamos? Aguardamos pela autorização da ALGAR e da entidade que tinha construído a célula para podermos fazer essas monitorizações nos locais, não os que escolhemos, mas nos locais que foram aceites por eles para nós fazermos as monitorizações. As minhas colegas da Faculdade de Engenharia do Porto fizeram todo este tratamento no Laboratório de Geossintéticos e fizeram os resultados em relação à resistência ao corte em ambas as células, as células A e B que já estavam, para verificar em termos da resistência das amostras que elas recolheram e fez-se isto em vários pontos e em vários locais sempre com a autorização da ALGAR para verificarmos se elas garantiam a resistência ao corte e verificou-se que ambas as células tinham valores que estavam aceitáveis. Relativamente à resistência ao arranque a célula B, a amostra 3 e 4 cumpriam, em termos, estavam aceitáveis, no entanto, na célula A as amostras 1 e 2 apresentavam valores de resistência ao arranque muito baixas em particular na amostra 1, o que pode posteriormente levar às questões que vimos de haver, o acidente que ocorreu foi precisamente haver condições climatológicas adversas que provocaram o rasgamento das telas. Relativamente à célula C, os valores quer ao arranque, quer ao corte estavam conformes, a célula não estava ainda em exploração. Relativamente aos problemas relativos à estanquidade, os sistemas de impermeabilização das células A e B já se encontravam completamente inacessíveis, era impossível fazer porque já estavam as células fechadas, foram recolhidas amostras nas uniões das geomembranas dos sistemas de cobertura das células A e B, todas as amostras foram ensaiadas ao corte e ao arranque e verificamos, como disseram, que relativamente à célula A, relativamente a essa cobertura à parte do arranque não cumpria. A célula C cumpria todos os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

requisitos. Isto porque quando se está a construir uma célula têm que ser feitos ensaios precisamente para garantir que no futuro porque quando a célula começar a ser utilizada, quando ela entra em exploração, não conseguimos monitorizar a base e, por isso, nós temos que garantir que toda a estrutura tem as soldaduras, no fundo aquilo são soldaduras, quase coseduras, que garantem que não vai haver nenhuma fissuração que possa provocar o derramamento do lixiviado pela base ou pelas laterais do aterro.-----

Em termos de problemas de estabilidade, como não havia ensaios de caracterização físico-química dos resíduos sólidos urbanos depositados no aterro que permitissem avaliar o que é que está a ser depositado, no fundo não há um registo quanto é que é recebido por cada tipologia de resíduo, no fundo eles são depositados nesse caso quando não é possível fazer cálculos de estabilidade específicos da massa de resíduos, nem prever os assentamentos. Por isso, todas as observações foram feitas pelas colegas basearam-se nas observações de superfícies que têm como objetivo identificar zonas ou estruturas do aterro com indícios de comportamentos anómalos. No fundo, bolsas, pontos que podem fissurar e que possam romper no caso de situações adversas.-----

Em termos da análise da documentação e tudo o que foi fornecido por parte do Aterro Sanitário Sotavento Algarvio detetou-se que existia um inadequado método de exploração que se refere à recirculação de concentrado, no fundo, as valas abertas no topo da massa de resíduos, aquelas piscinas que eu mostrei no início, aquelas piscinas que estão no topo do aterro, que existiam indícios de instabilidade nos diques de contenção da lagoa de tempestade nomeadamente a existência das inúmeras fendas de tração no coroamento dos diques. Preocupação, também, com o comportamento do dique de contenção da célula C, isto devido à sua dimensão e conseqüente papel chave na garantia da estabilidade global da massa de resíduos a depositar nesta célula. Também, em menor escala quanto ao comportamento do dique de contenção na zona de ampliação da célula A no talude sul. Isto quando foi colocado todo o lixiviado para ser tratado à posteriori. No fundo, teve que se fazer uma alteração em toda aquela célula A para conter todo aquele lixiviado. Em termos das células A e B, já referi anteriormente a questão da instabilidade, não se verificaram quaisquer indícios de instabilidade na massa de resíduos, no fundo, eles podem existir porque estavam camuflados após ter havido este incidente, foram colocadas telas novas em toda a envolvente, o que não permite avaliar o que é que está por baixo porque já está tudo camuflado e não conseguimos avaliar visualmente saber se estão bem. Em termos da infiltração, esta metodologia em termos de infiltração dos resíduos nas valas adjacentes é desfavorável como referimos à estabilidade do aterro, não garante o adequado nível de recirculação e humidade em toda a massa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

de resíduos e principalmente não favorece o acelerado processos de biodegradação e decomposição. No fundo e reforçando aqui, um dos acidentes que ocorreu em março de 2010 ocorreu precisamente devido à existência destas valas. Por isso é algo com que se tem que trabalhar para deixar de existir, de haver outras formas de monitorização que nós vamos remeter à frente.-----

Decorrente deste estudo e de uma forma mais sucinta, no fundo consideramos que é fundamental um acompanhamento por parte da Comissão de Acompanhamento em que a Câmara Municipal de Loulé está presente, é fundamental este acompanhamento porque no fundo é uma "entidade fiscalizadora" que vai garantir que aquele aterro funciona de forma adequada. É uma entidade de terceira parte, podemos ser nós ou outra entidade, mas que vai garantir a monitorização do bom funcionamento daquela instalação. Haver inspeções periódicas, verificações, acompanhamentos são sempre profícuos a melhor operação. Se nós não tivermos ninguém que nos controle, nós sabemos bem como é que é. Se nós não tivermos um radar, não vamos a 120 na autoestrada, vamos muito mais. Por isso, todas as questões em que há necessidade de monitorização devem ser acompanhadas. Relativamente à monitorização das águas de superfície, elas devem continuar a serem monitorizadas e deve ser alargado a sua rede de monitorização para fora do aterro, mantendo aqueles pontos e alargando, bem como se deve fazer a análise de sedimentos. Uma das maiores queixas dos munícipes tem a ver com os sedimentos que aparecem na ribeira. E por isso irão ser feitas estas análises de sedimentos e será feito no estudo que irá ter continuidade para garantir que tudo isto está monitorizado.-----

Relativamente aos solos, deverá ser feita uma amostragem mais densa, poderemos ter que recorrer a outros meios de recolha, mas garantir no fundo que esta amostragem assegura também o complemento quer a parte das águas superficiais, quer também os sedimentos. No fundo, é um complemento.-----

Relativamente à ETAL e uma vez que não avaliamos a terceira estação de tratamento, é fundamental avaliar e uma vez que entrou em exploração a célula C, se ela realmente dá resposta que é expectável e que foi projetada para dar.-----

Em termos da estanquidade e estabilidade garantir a adequada capacidade de armazenamento de lixiviados de acordo com os volumes produzidos, no fundo, a questão de funcionamento da estação de tratamento, eliminar as piscinas no topo das células de resíduos, a reinjeção dos lixiviados concentrados nas células encerradas a partir de uma malha de poços e valas específicas distribuídas de uma forma homogénea por toda a massa de resíduos, no fundo, é criar uma rede de entrada e não uma piscina, porque uma piscina tem muito maior dificuldade, ela própria cria instabilidade, fazer registo de datas e locais de deposição de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

resíduos, saber o que é que está a ser depositado, onde é que se iniciou, o que é que está a ser colocado, no fundo, saber-se quais os tipos de camadas que nós temos até porque todos nós sabemos que os países nórdicos estão a fazer o *mining*, o *mining* é pegar nos aterros e buscar o que é valorizável e o que pode ser utilizado no futuro. Se nós não soubermos o que é que está no aterro, nunca vamos conseguir fazer este *mining*, por isso é fundamental garantir que todas estas questões estão monitorizadas. Devem ser colocadas marcas de superfície provisórias para controlo das deformações no topo de cada camada de resíduos depositada, deve ser feita a sua leitura semanal e quinzenal destas marcas até que elas fiquem soterradas com a deposição da camada seguinte. No fundo, monitorizar, garantir o que é que está a ser depositado.-----

Para além disso, estas avaliações devem constar do relatório ambiental anual, não é obrigatório por lei fazer estas monitorizações, não existe nenhuma legislação isto será uma monitorização que a ALGAR poderá fazer como complemento, não existe definido em legislação estas monitorizações, mas elas são fundamentais para uma visão futura de um garante de podermos reutilizar tudo o que está naquele aterro até porque aqui nota-se alguma deposição que vai variando, se não chegarmos agora, infelizmente o turismo não está a funcionar como queremos, mas se calhar chegamos antes de começar a época balnear, todos os hotéis vão fazer deposição de colchões naquele local e é um volume imenso de deposição de colchões naquele local. Por isso temos ali uma mistura de resíduos que nem todos se decompõem da mesma maneira e que são depositados de forma aleatória. No fundo todas estas monitorizações quer do que é depositado, quer dos sistemas de monitorização dos diques de contenção, principalmente na célula C, mas nos outros, para percebermos se há variabilidades, se há deformações, havendo deformações que indiquem instabilidade poderemos atempadamente monitorizar e garantir que tomamos medidas e não deixamos que aconteçam os acidentes. Estas inspeções e após fazer-se a impermeabilização fazer-se a análise das uniões, verificar se estão em bom estado, foi algo que foi feito na célula A e B em termos deste tipo de estudo, deve ser feito com regularidade porque nem sempre essas soldaduras são feitas de forma adequada, elas têm que cumprir determinados requisitos e tem que se garantir que eles são feitos.-----

Relativamente à questão das inspeções e verificações, no fundo inspeções ou verificações ou validações tudo tem por objetivo uma implementação desse tal programa de monitorização, como foi dito, por causa dos deslocamentos, por níveis de deformação da superfície e profundos, as pressões neutras em termos dos diques e também os níveis de deformação dos diques. Claro que isto tem que ser feito em parceria com a autorização do Aterro do Sotavento Algarvio, a ALGAR tem interesse e demonstrou interesse e demonstrou que está



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ



sensibilizado também nestas matérias nas últimas apresentações, de qualquer forma será um programa que terá que ser implementado voluntariamente pelo Aterro Sanitário Sotavento Algarvio e aconselhamos que eles incluam toda essa informação nos relatórios ambientais anuais, também como foi dito pelo Senhor Vereador, nós tivemos em todas as reuniões da Comissão de Acompanhamento e há um grande interesse e todos os intervenientes estiveram praticamente em todas as reuniões por isso isto é uma matéria de preocupação desta zona e o garante de continuar a monitorizar, registar e manter é fundamental para garantirmos o bom funcionamento deste aterro sanitário.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, cumprimentando a Senhora Engenheira que nos abrilhantou com este excelente trabalho que como diria no Algarve "depois de casa roubada, trancas na porta", mas felizmente passados 20 anos é bom que se consiga perceber o estado da arte do nosso aterro sanitário que forçosamente foi, obviamente, acolhido aqui no nosso Município com muita oposição por parte da população, mas que finalmente decorrido este tempo todo conseguimos claramente ver que existe algumas deficiências nas células A e que provavelmente indiciadoras daqueles 3 incidentes que decorreram, salvo erro, desde 2010, 2017 e 2018, mas pronto, que finalmente conseguimos ter a perceção e é bom que se consiga manter este acompanhamento naquilo que nós achamos que não é uma infraestrutura necessária no Município, mas sendo que o Senhor Presidente acha que isso é, provavelmente, uma grande infraestrutura aqui para o nosso Município, eu darei o benefício da dúvida, mas penso que para aqueles que nos acompanham nesta sala e especialmente aqueles que nos estão a ver por YouTube talvez seria bom que falássemos o que é o Aterro Sanitário do Sotavento Algarvio para conseguirmos perceber afinal como é que isto veio cá parar, quem é que decidiu, quem foi a pessoa que trouxe para cá esta infraestrutura tão boa, tão necessária, mas tão contestada pela população de Salir e saber também quem são as pessoas responsáveis por este acompanhamento e qual será o futuro do Aterro Sanitário do Sotavento Algarvio. Bem, o aterro sanitário está adjudicado em regime de concessão à ALGAR, que faz parte da Empresa Geral de Fomento, uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, que tem a competência de exploração de resíduos sólidos urbanos, sendo que a ALGAR, essa Empresa Geral de Fomento, detém 56% da cota da ALGAR, sendo que os outros 44% os 16 restantes municípios. O aterro foi aprovado em 2017, pasme-se nós em 1994 ou 1995 aprovamos o PDM e o PDM impedia que nas REN's houvesse a implementação, houvesse a dimensão de aterros sanitários. Felizmente ou infelizmente ele veio a acabar de forma talvez um pouco controversa acabar por vir parar ao nosso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Município. Como diria, o aterro foi aprovado em 1997 sob fortes protestos da população, especialmente a da freguesia de Salir, não sei se estará cá algum dos nossos munícipes, mas provavelmente muitos deles estão a nos assistir via YouTube. Ele entrou em exploração em junho de 2000 e serve 8 concelhos, nomeadamente, Alcoutim, Castro Marim, Faro, Olhão, São Brás de Alportel, Tavira e Vila Real de Santo António. O projeto inicial de construção foi de 4 células e a capacidade de 10 anos de cada. Isto começou em 2000, estamos decorridos praticamente 20 anos e temos quase a capacidade, creio eu, explorada das 3 células, porque só há uma pendente, provavelmente, por explorar. O aterro iniciou apenas com 2 células e em 2017 estariam com a sua capacidade máxima, ou seja, decorridos 17 anos. Mas a responsabilidade de quem foi quem trouxe para cá este aterro sanitário. Este projeto foi outrora vendido pelos responsáveis autárquicos na altura como um equipamento necessário para o Município, foi negociado, ou mal negociado, ou talvez eu diria pessimamente negociado pelos autarcas da altura, que por acaso são os mesmos quer em cor, quer em pessoas que estão hoje na Câmara Municipal de Loulé e aprovado obviamente pelo Ministro do Ambiente da altura o Senhor Ministro José Sócrates. Quanto aos responsáveis autárquicos à data pela aceitação, para esta negociação do aterro sanitário, que obviamente negociaram em nome de toda a população, especialmente aquela população visada na área onde foi colocado o aterro sanitário, foram obviamente Joaquim Vairinhos e Vítor Aleixo, no caso o Senhor Deputado Joaquim Vairinhos, que não estará aqui provavelmente por motivos de saúde, mas o Senhor Presidente da Câmara, na altura, salvo erro, membro da Comissão ou membro do Executivo estaria obviamente nesta negociação onde foi negociado o aterro sanitário para o Município de Loulé. Na realidade as contrapartidas foram algumas e eu acabo por enunciá-las para quem não as conheça, foram a construção de água e esgoto em saneamento básico para a população de Salir e ainda a construção da Circular Norte. Bom, quanto à primeira parece controversa aquilo que é uma obrigação, uma prerrogativa do Estado em conceder à população aquilo que é mais básico o saneamento básico de água venha-se dizer que seja uma contrapartida do aterro sanitário que obviamente isto aqui, creio eu, não passou de um logro, de um embuste que foi colocada aquela população. Atribuir como contrapartida da colocação de algo prejudicial para a saúde e para o ambiente um aterro sanitário na sua localidade aquilo que obrigatoriamente é um dever do Estado em contribuir para essa população, ou seja, saneamento básico e água. Quanto à segunda contrapartida então esta seria obviamente pasmado porque esta segunda contrapartida que seria aquela que um Governo ou o Estado Central deveria fazer o nosso Município assumiu por completo. Então, pensamos nós, recebemos o aterro sanitário no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

nosso Município e as contrapartidas é um saco cheio de nada porque a Circular Norte que deveria ser feita com dinheiros públicos, especialmente, no Estado Central, são feitos pelo nosso Município porque o nosso Município assumiu esse ónus de construir a Circular Norte e, obviamente, aquilo que era as primeiras contrapartidas que era o saneamento básico é um direito que assiste a qualquer população, obviamente esta população de Salir estará perfeitamente indignada com este aterro sanitário e é perfeitamente justo. Aliás, afirmava em 2017 o atual Presidente da Câmara Municipal de Loulé na ata da assembleia municipal do dia 3 de junho de 2007 "o aterro solucionou em grande parte os problemas de todo o Algarve. Nós somos uns grandes beneméritos, conseguimos resolver o problema de grande parte do Algarve." Em colocar no nosso Município aquilo que é mais nefasto, que todos os outros municípios ninguém quer, mas na altura o Senhor Presidente da Câmara achou que era uma infraestrutura fantástica, aliás diria, até conseguiu arranjar um técnico que viesse dizer aqui na apresentação que a água era capaz de ser bebível. Eu pergunto, Senhor Presidente, se já conseguiu beber água daquele aterro sanitário já que na realidade o técnico na altura afirmava que aquela água conseguiria ser perfeitamente bebível em termos, obviamente, de higiene. E diria mais ao Senhor Presidente quando confrontado com o chamado Fundo Verde, aquilo que grande parte da população de Salir achou benéfico tirar parte dos lucros da ALGAR um fundo, uma pequena comissão, 0,5, 1,5% para que isso fosse reinvestido na população de Salir e na população do Ameixial, que são 2 freguesias que são abrangidas pelo Aterro do Sotavento, o Senhor Presidente decidiu que as pessoas estavam, na realidade, recetivas e eu posso comprovar, se for necessário, recetivas a corresponder a esse pequeno Fundo Verde. E eu pergunto, e são essas perguntas que eu gostaria de fazer ao Senhor Presidente, decorrido 4 anos que está desde a promessa de que o Senhor iria rever o Fundo Verde com a ALGAR pergunto como é que estará essa situação e se esses valores, se essa comissão, poderão ser aplicados, em garantir, por exemplo, em assistência médica, construção de um centro médico, a manutenção de um médico de forma periódica nestas 2 freguesias, especialmente, nas freguesias abrangidas pelo Aterro do Sotavento que são Salir e Ameixial. A outra questão que eu queria lhe colocar é, as células provavelmente estão no limite, porque é que o facto do crescimento exponencial do depósito de sedimentos, depósito de resíduos sólidos, terão levado a um volume mestre daquilo que estaria previsto e provavelmente as células estarão no seu limite. A questão que eu lhe coloco é, haverá nova renovação do aterro sanitário ou encetando-se aquelas 4 células pára-se por aí, o aterro sanitário passará para outro município que não o de Loulé. E, por fim, ocorreram três acidentes, que por acaso a Senhora Engenheira nomeou aqui, um em março de 2010, um em julho de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

2017 e um em abril de 2018. A pergunta que eu lhe coloco é, poderemos evitar futuramente que isto volte a acontecer?-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, referindo que tornando breve apenas a análise apresentada pela Senhora Engenheira, eu congratulo-me porque na altura em que isto foi apresentado há 2 ou 3 anos atrás, que foi levantado o problema dos lixiviados e do aterro sanitário, pareceu-me que o assunto tinha caído em saco roto porque nós procurávamos, então e agora o que é que se vai fazer, temos ali um problema, aquilo é uma bomba-relógio, vamos deixar a bomba rebentar ou vamos atuar enquanto temos tempo? Na altura já não se tinha tempo, de maneira que da sua apresentação, Senhora Engenheira, permita-me que a apresentação foi com factos reais, nós gostaríamos de saber quais são as medidas que se podem tomar de imediato, a médio prazo e a longo prazo para evitar uma catástrofe maior, que não está neste relatório essas soluções que possam ser, ou não, apresentadas. É um pedido que aqui lhe faço, deixando de lado as polémicas políticas, interessa-nos é resolver o problema e parece-me tão importante como a sua apresentação, que foi brilhante, é também apresentar soluções a este Executivo.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, referindo que em primeira nota gostamos da apresentação técnica e do relatório que tivemos conhecimento, uma segunda nota das explicações dadas confirma-se que o funcionamento do aterro era de alguma gravidade e que merecia correções urgentes e vigilância adequada. Portanto, o Aterro Sanitário do Sotavento localizado na Cortelha entrou em exploração em 2000. O plano de exploração definido previa a deposição dos resíduos em fardos. Com a primeira fase com células A e B a durar 17 anos e a segunda fase células C e D a durar os 19 anos subsequentes. A vida útil do aterro seria prolongada caso fosse utilizado o sistema de deposição em fardos prensados e não pela simples deposição com espelhamento de resíduos seguido de esmagamento com máquinas. Por via disso, foi solicitada a abertura de uma nova célula. Primeira questão, porque deixaram a ALGAR não cumprir o projeto que era fazer a deposição dos resíduos em fardos, como consta do projeto, e passaram a despejar em aterros e depois esmagam com a máquina. Esta opção, como já vimos, reduz a vida útil do aterro e o método dos fardos prolonga a sua vida útil. A pergunta seguinte que faço é, após a deposição dos resíduos espalhados são acompanhados na colocação da respetiva cobertura? Portanto, a célula A está encerrada, encontrando-se em exploração a célula B e outros espaços não previstos no projeto inicial entre as células A e B. A célula C ainda não se encontra em funcionamento. O método utilizado para a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

deposição dos resíduos transformou um aterro sanitário numa lixeira a céu aberto, a prova disso são os milhares de aves que ali nidificam, cegonhas, e as gaivotas que fazem a viagem todos os dias do mar e vice-versa num sinal de que algo vai mal no funcionamento desta unidade pondo em causa o meio ambiente e a qualidade de vida da população residente na sua envolvente.-----

A segunda questão que coloco, fiquei com dúvidas se esta célula já foi aprovada, se está devidamente licenciada e autorizada a receber resíduos. Não podemos esquecer que a ALGAR, empresa gestora deste aterro, é uma empresa de serviço público com capital privado maioritário, 56%, e restantes 44% dos 16 municípios. Portanto, o bom e o mau funcionamento desta unidade terá que ser imputada não só ao sócio privado, mas também aos municípios associados, entre eles, o município de Loulé. Para avaliar o funcionamento do estabelecimento e operacionalidade do sistema de gestão de resíduos urbanos no aterro, para assegurar a conformidade e a melhoria contínua do serviço prestado pela ALGAR, do desempenho ambiental e do desempenho da segurança e saúde, existe uma Comissão de Acompanhamento que deveria reunir trimestralmente em reuniões técnicas com entidades públicas e municipais e com representantes da comunidade, proporcionando visitas às instalações e apresentando questões sobre o funcionamento da unidade e controlo da qualidade de águas e solos. Como já vimos, a ALGAR reportou que durante o período de vida do aterro, a existência de 3 incidentes com impactos significativos altamente difundidos na imprensa. Para além de muitos outros menos significativos, mas de gravidade semelhante, que por omissão ou ocultamento não constam nos registos da empresa. Alguns destes denunciados por mim, enquanto Deputado do Bloco de Esquerda, e como cidadão junto das entidades competentes, através da GNR, através do SEPNA. No dia 20.02.2018 onde um camião da ALGAR estava a fazer o depósito de lixiviados na rede de esgotos na Fonte Santa, em Quarteira. Portanto, o primeiro incidente é por culpa das chuvas, galgamento de lixiviados sobre os taludes, contaminação da linha de água. Segundo acidente, um incêndio nas instalações ocorreu às 15 horas, tardiamente deixaram entrar os bombeiros, provou-se a inexistência de planos de prevenção e segurança adequados, assim como deformação para atuar numa situação daquelas. O terceiro acidente, ocorrido em 2018, idêntico ao primeiro em 03.10.2010, mas com maior gravidade, devido a ventos e chuva, levantou as telas e derramou lixiviados na ribeira outra vez. Nesta sequência de acidentes foram tomadas algumas medidas de correção. No entanto, quem é que nos garante que os lixiviados não voltam a ser drenados na ribeira por efeitos da chuva ou por avaria de equipamentos ou do surgimento de um novo incêndio que ponha em causa a segurança da floresta e das pessoas e dos seus bens? Perante a gravidade da situação ocorrida, em 2018, na ausência de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

respostas credíveis por parte da administração da ALGAR e por a Comissão de Acompanhamento não reunir condições para cumprir na íntegra as suas competências, a Câmara Municipal decidiu, e bem, que fosse efetuada uma fiscalização, que chamaram Terceira Parte, para o efeito foi contratado um consórcio representado aqui pela Senhora Engenheira. Portanto, os trabalhos envolveram-se como foi apresentado em 2019 e 2020 tendo o relatório destes trabalhos sido apresentado em 27 de novembro de 2020 aos membros da Comissão de Acompanhamento. Emitiram comunicados a este relatório a APA, a CCDR e o ALMARGEM.-----

Portanto, a terceira questão é confirma-se que na reunião da Comissão de Acompanhamento de 27.11.2020, onde foi apresentado o relatório, todos os membros foram convocados e tiveram conhecimento antecipado do documento? Dos comentários salientamos, a CCDR praticamente lava as mãos, diz que o relatório está bem elaborado, remete para a APA para decidir os problemas hídricos, mas a questão que preocupa é que tem aqui um parágrafo que me assusta, "identificados as questões específicas de exploração, injeção de lixiviados, controlo de assentamento da massa de resíduos, controlo dos diques, entre outros, que serão, com certeza, avaliados pela empresa exploradora." Bem, aqui a entidade fiscalizadora deita o problema para trás das costas, bem se a empresa exploradora resolver estes problemas, tudo bem, a gente não se chateia, somos todos amigos. Quando deveriam ser obrigados a corrigir num prazo estipulado pela Comissão de Acompanhamento, que não há. Não há nenhum prazo, depende da boa vontade da ALGAR resolver estes problemas graves. Já vimos que a APA está focada nos problemas hídricos, aumenta este relatório vem contribuir, pasme-se que estes senhores têm a obrigação de fiscalizar esta unidade. Estes contributos surgem em tempo oportuno, porque está em via a renovação de uma licença única ambiental, que aumentem a garantia do desempenho ambiental desta infraestrutura numa lógica de melhoria contínua, transparência no seu escrutínio. Portanto, pergunta-se afinal o que têm estado a fazer na fiscalização das suas competências. Esta licença está dependente do quê? Por outro lado, a ALMARGEM pelo Senhor Engenheiro Manuel Costa acrescenta e propõe que realmente tendo em conta apenas o potencial da rega originária do afluente tratado para um ano médio este daria para regar 5,7 hectares de terreno. Perguntamos se realmente dentro destas medidas corretivas existe alguma que obrigue a ALGAR tratar do problema ambiental e do problema florestal e dar o devido tratamento às águas tratadas da ETAR ou outras que escorrem para lá.-----

A quarta questão é, a estação de tratamento de lixiviados tem capacidade para reduzir, reutilizar toda a produção de lixiviados ou periodicamente transferem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

os excedentes para outras ETAR's? Vai diretamente para a ribeira ou é vazado na rede de esgotos, de acordo com as águas do Algarve? É que esta carga de lixiviados que foram descarregados na Fonte Santa foi através de um acordo e autorização com as águas do Algarve, portanto, estão feitos um com o outro. Um na água e outro nos resíduos. Que aproveitamento a dar à água dos lixiviados reutilizados e a outra não tratada despejada na ribeira?-----

Para concluir, ao ter conhecimento deste relatório o Bloco de Esquerda solicitou que fosse dado conhecimento do seu teor aos membros desta Assembleia, portanto 27.11.2020, coisa que nunca chegou a acontecer, tendo sido enviado o documento com 270 páginas somente no dia 31 não sendo tempo suficiente para ser feita uma análise correta da extensa documentação técnica, assim como das conclusões e sugestões emitidas. Sobre o relatório, o mesmo deve merecer uma reflexão profunda de todos, políticos, autarcas e sociedade em geral exigindo um melhor funcionamento do aterro e com maior segurança, que a entidade gestora seja confrontada publicamente numa sessão da Assembleia Municipal, apresentando garantias que tais situações não voltem a repetir-se, indicando um prazo para corrigir ou implementar as recomendações constantes neste relatório. Parece evidente que muita coisa tem falhado no funcionamento do aterro ao longo da sua atividade. O Bloco de Esquerda por diversas vezes denunciou a gestão do aterro, o incumprimento do projeto, as respostas muito tardias aos acidentes ocorridos, na separação incorreta dos resíduos para a reciclagem, na forma de deposição dos resíduos e cobertura dos mesmos, na melhoria contínua dos agentes à unidade que levaram à perda da confiança na ALGAR por parte da comunidade local, dos eleitos locais e até da própria Câmara Municipal e das associações ambientalistas. Quer no acompanhamento e fiscalização por parte da Comissão de Acompanhamento denotamos um certo desleixo das entidades públicas que tinham a obrigação de garantir a qualidade deste serviço público e no respeito pelo ambiente. Com base nas sugestões, preocupações e recomendações constantes no relatório, que instruções serão transmitidas à ALGAR para se resolver dentro de um prazo aceitável?-----

Pedi para intervir o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Alte (António Martins)**, dizendo que ninguém está mais à vontade para falar do aterro porque como a maior parte de nós sei que neste momento não é a solução ideal, mas querer 20 anos depois vir dizer que devíamos saber há 20 anos aquilo que sabemos hoje é pura demagogia, desculpem-me. Há 20 anos é perfeitamente aceitável que toda a gente considerasse que ter um aterro no Algarve era muito melhor do que ter dezenas, para não dizer centenas, de lixeiras a céu aberto por aí espalhadas. E depois há aquela questão que tem um palavrão associado, em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

inglês ainda por cima, mas é o que se usa, em termos ambientais que é *NIMBY - Not in My Backyard*. Quando são precisas soluções destas ninguém as quer no seu quintal, como é óbvio, e ninguém queria. Lembram-se o que é que aconteceu também em Coimbra com a coíncineração e com uma série de outras questões. Onde o homem passa produz lixo, a questão do tratamento desse lixo é, obviamente, uma ciência em evolução como tudo o resto. Mal ou bem, às vezes com o grave dano para as populações ali à volta e não só, eu recordo um Senhor Deputado que falou que as consequências de um acidente naquele aterro não se limitam à população de Salir, da Cortelha ou do Ameixial, a ribeira do Vascão faz parte da rede hidrográfica do rio Guadiana e podem-se estender até ao Guadiana, portanto, todas aquelas populações deveriam ser consideradas nas contrapartidas, mas nós falamos das nossas, é verdade, os outros que se preocupem também com as suas. Isto para dizer que mal ou bem aquele aterro cumpriu, enfim, recolheu o lixo de todo o Algarve. Se nós devíamos ter tido mais contrapartidas por isso? Com certeza, mas há 20 anos se calhar não fazíamos ideia, se calhar há 20 anos até acreditávamos que podíamos beber a água quando saísse de lá. Se calhar acreditávamos, foi isso que nos venderam, não é? E ninguém era especialista, aliás, começaram os aterros naquela altura, ninguém sabia nada, portanto, eu volto a repetir que querer neste momento dizer, olhar para trás e dizer "ah, pois, há 20 anos não vimos", pois, claro que não, pois claro que não, isso é pura demagogia, o que interessa agora, é realmente monitorizar, encontrar soluções e obviamente não permitir, eventualmente, que o aterro se estenda *ad eternum* porque hoje em dia, felizmente, há outras soluções e é nessas que o nosso Município e o Governo devem empenhar-se. Até lá digam o que disserem temos que aturar o aterro, não há alternativa para o Algarve e não acredito que ninguém nesta sala queira ter a responsabilidade de dizer a todo o Algarve vamos espalhar lixo outra vez por aí. Portanto, há que continuar a monitorizar, impedir tanto quanto possível que haja problemas e continuar a trabalhar para que rapidamente apareçam outras soluções. Eu pergunto apenas ao Senhor Presidente, termino perguntando, se a intensidade com que esta fiscalização e este acompanhamento da Câmara que tem sido feito de há uns anos até cá teve paridade em Executivos anteriores ou não? Se todas as contrapartidas estavam cumpridas quando este Executivo entrou e se não houve exigência de que algumas fossem feitas? E como todos os outros fico à espera também para saber quais são as soluções?-----

Foi dada a palavra ao Senhor **Vereador Carlos Carmo**, para responder que o trabalho da Comissão de Acompanhamento desde que neste mandato por indicação do Senhor Presidente estou a presidir a esta Comissão, o trabalho de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

fiscalização que está ao nosso alcance tem sido feito. Agora sim temos condições técnicas para avaliar as condições do aterro. E este plano de monitorização vai continuar, portanto, dar nota disso e se for necessário, se houver dúvidas consultamos muito rapidamente as atas dessa Comissão que estão todas feitas e em dia e verifica-se aí o papel da Câmara Municipal neste último mandato na Comissão de Acompanhamento.-----

Sobre a questão que o Senhor Deputado Carlos Martins aqui referiu houve um engano num endereço de email de um membro que não estava correto, foi corrigido à posteriori, recebeu o relatório e como referiu foi o Engenheiro Manuel Costa que à posterior também fez considerações que anexamos à documentação que foi anexa. Para terminar dizer e que por indicação, por denúncia do Senhor Deputado Carlos Martins quando nos enviou uma fotografia do camião da ALGAR a descarregar ali na estação elevatória na Fonte Santa nós rapidamente fizemos aquilo que tínhamos que o fazer, contactamos não só a ALGAR, mas as Águas do Algarve, questionamos sobre essa questão, verificamos que tinha havido um acordo e que perante a nossa insistência e exigência esse acordo terminou, mas que verificou-se que rapidamente com aquilo que nós hoje vimos que a estação que estava na altura no aterro eram insuficientes. E fizemos uma queixa perante essa situação e nós estamos com o papel que temos vindo a desempenhar, por muito que nos custe ter o aterro de consciência tranquila que estamos a cumprir muito bem o nosso papel neste momento.-----

Foi cedida a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, referindo que vem aqui, quero vos dizer com a consciência de dever cumprido porque o aterro sanitário esteve durante muitos anos a trabalhar em condições que sabíamos que deficientes, mas não tínhamos a certeza de nada. Tínhamos notícias de vários acidentes que ocorreram ao longo dos anos, foram apenas nomeados 3, mas houve vários incêndios. Toda a gente se lembra que de vez em quando lá havia um incêndio muito difícil de debelar no aterro. E histórias, portanto, de as ribeiras no interior da Serra do Caldeirão absolutamente inquinadas com lixiviados, basta falar com a população local e todos são capazes de nos relatar imensas ocorrências dessas. E, portanto, sabendo nós disto e sabendo que a Comissão de Acompanhamento era muito pouco eficaz, reuniam porque os estatutos de gestão do aterro que têm que produzir relatórios e têm que ser apresentados à CCDR que é a entidade fiscalizadora do funcionamento do aterro, já agora diga-se para conhecimento dos Senhores Deputados, mas aquilo era, digamos, um funcionamento um bocado formal porque estava sempre tudo bem, portanto, não havia nada de especial a reportar e os acidentes iam-se sucedendo uns atrás dos outros. Bom e nós dissemos a partir de determinada altura, bom, isto chega, isto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

não pode voltar a acontecer porque o que aconteceu foi um desastre ambiental, foi um desastre ambiental. E a Senhora Engenheira teve aqui oportunidade de dizer que durante muitos anos o aterro sanitário funcionou apenas com 2 ETAR's que lá estão, que claramente não estavam capacitadas para tratar aquela quantidade de escorrência de líquidos que foi aqui dito. E, portanto, nós tomamos uma decisão que me pareceu absolutamente correta, mesmo sem perguntar aos meus colegas do quadro da AMAL porque o aterro está no município de Loulé, mas o aterro serve os municípios de todo o Sotavento que pagam para depositar lá os resíduos produzidos em cada um dos concelhos e que são também eles próprios acionistas desta empresa. Portanto, não perdi tempo e imediatamente fizemos uma contratação pública, encontramos uma entidade absolutamente credível e aqui está o relatório. O relatório exaustivo que ao fim de 20 e tal anos finalmente aparece. Não vale a pena agora recuar atrás com essas histórias, nós temos um problema grave, para quê agora decidir quem é que decidiu, quem é que estava lá, com que fins, com que contrapartidas, eu acho que isso tem pouco interesse, o que nós temos aqui é um assunto extremamente grave para a vida e para a saúde sobretudo das populações serranas, mas não só, e que temos que tratar. Por isso se me permitem eu próprio terei muito gosto em falar da história até porque não tenho nenhuma preocupação sobre esse ponto de vista, nem sobre as contrapartidas, que aliás foi aqui dito, mas que não vou entrar nisso, não incluíam a Circular Norte, não incluíam, incluíam sim 3 microssistemas de abastecimento e tratamento de águas residuais na Cortelha, Vale Maria Dias e Barranco Velho que curiosamente, vejam bem contrapartidas na altura que, curiosamente, só foram postas a funcionar já depois deste Executivo assumir funções autárquicas, portanto, mas não vale a pena falar da história. Temos um problema grave. É isto que é preciso agora encarar, portanto, o relatório está feito, foi apresentado em primeira instância à Comissão de Acompanhamento, foram relatadas várias disfuncionalidades, alguns problemas estruturais, algumas coisas preocupantes, outras menos preocupantes, a própria ALGAR que ao princípio não foi fácil aceitar, não foi fácil eles abrirem as portas e aceitar serem fiscalizados lá dentro porque ninguém entra lá dentro. Esta é que é a verdade. Uma coisa que diz respeito a todos era gerida com muita reserva e com muito pouca informação para além daquela que era dada nas Comissões de Acompanhamento que como sabemos era puramente formal, era puramente formal para não chamar ritual. E essa situação agora mudou, sabemos qual é a situação atual e, portanto, eu vou falar com os meus colegas, vou chamá-los a participar na despesa para continuarmos a monitorização, como várias vezes foi aqui referido pela Senhora Engenheira, várias vezes referiu este aspeto, que é preciso continuar a monitorizar e a corrigir as deficiências que lá existem.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Aliás, algumas já foram até, bastou que a comissão inspetiva que periodicamente que vinham do Porto e de Braga que se deslocassem ao aterro para que imediatamente a própria empresa exploradora do aterro começar a melhorar vários aspetos e várias coisas que entretanto mudaram logo, o que denota também que a ALGAR precisa de abrir as suas portas e que terão que o fazer porque nós temos direito, os cidadãos têm direito a saber o que lá se passa, aquilo não é uma empresa, rege-se por critérios empresariais, mas o serviço que presta, que lhe está concessionado é um serviço público. Portanto, nós temos o direito de saber de A a Z o que se passa lá e, portanto, a ALGAR acabou como não podia deixar de ser por abrir as portas, ultimamente está mais colaboradora e eu espero que isso venha a fazer escola para o princípio porque de outra maneira não pode ser. Julgo que agora há uma coisa que é o que está para trás, daqui para a frente tudo será diferente, tudo será diferente porque nós vamos meter lá o nariz e os olhos anualmente, vamos continuar com os relatórios de monitorização e vamos exigir à empresa que corrija aquilo que tem que corrigir porque as populações serranas não podem estar diariamente expostas aqueles riscos para a sua saúde, o próprio ambiente não pode estar sistematicamente exposto aqueles riscos, aquelas agressões continuadas, não pode. Essa página temos que voltá-la. Já estivemos mais longe, vamos voltá-la porque trata-se da nossa vida e trata-se da vida e dos valores ambientais. Portanto, Senhores Deputados têm o meu compromisso que, aliás, nunca fugi a estas questões, houve aqui deputados mais atentos que questionaram e bem e volto a frisar a postura do Senhor Deputado do Bloco de Esquerda que nos trouxe aquela fotografia, que há pouco foi dito, de uma coisa absolutamente escandalosa que existiu de vazar lixiviado numa estação elevatória na Fonte Santa e, portanto, isso parou imediatamente, ficaram altamente incomodados quando souberam que nós soubemos disso e essa situação parou imediatamente e passaram a pagar mais e a levar o lixiviado para a Lagoa de Santo André que é para onde habitualmente levavam, não pensem que sistematicamente o lixiviado era ali vazado, também temos que ser equilibrados, temos que ser justos nas nossas apreciações, mas sobretudo exigentes e não pensar que a ALGAR fazia tudo mal, que é uma lixeira a céu aberto, como eu aqui ouvi porque também não é, embora tenha e concordo que afrouxaram muito nos últimos anos os critérios de gestão do aterro porque inicialmente, como disse aqui o Deputado Carlos Martins, acho que foi, eles enfardavam, faziam a deposição lá e depois cobriam. Tenho ideia que, ultimamente, já nem se davam ao trabalho de fazer fardos e de depor em fardos o lixo no aterro. Portanto, que fique claro isto, eu estou muito satisfeito, agradeço à empresa, à apresentação, ficamos hoje muito mais conscientes e vamos fazer isso.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Concordo que há que chamar a ALGAR, colocar-lhe as questões e perguntar-lhes como é que vamos resolver os problemas que estão identificados, os Senhores Deputados têm todo o direito, foi sugerido pelo Deputado Carlos Martins chamar cá a ALGAR, estou inteiramente de acordo com isso, chamar, perguntar-lhes como é que pensam resolver o problema, acho que sim que é uma boa sugestão e vamos segui-la. As instruções a transmitir à ALGAR estão no próprio relatório, está lá tudo escrito e a ALGAR, valha a verdade, já está a trabalhar para resolver algumas questões e algumas já foram até solucionadas. Portanto, eu acho que esta atitude de exigência crítica dos Senhores Deputados, do Executivo Municipal e de todos nós é até uma maneira de ajudar a ALGAR a ser mais exigente com ela própria porque o trabalho que tem que fazer é de uma grande, enorme responsabilidade.-----

Para esclarecer também aqui uma questão muito importante, nós quando a ALGAR tratou de pedir aqui à Assembleia Municipal, e isto é para o Deputado Mário Botelho, trataram de pedir a declaração de interesse público municipal para a célula C, se bem se lembram Senhores Deputados, eu retirei a proposta, contactei a ALGAR e disse que enquanto não cumprirem as contrapartidas, míseras contrapartidas que era pôr 3 micro ETAR's a funcionar nestas 3 localidades do interior da serra do nosso concelho, nós não fazemos essa, porque eu não vou aguentar a pressão dos deputados municipais, não tenho condições políticas para pedir à Assembleia Municipal que declare o interesse público municipal para poderem fazer a célula C quando os senhores ainda não cumprirem 3 míseras contrapartidas, porque são míseras contrapartidas e, portanto, eles resolveram o problema de outra maneira através da CCDR e nós já escrevemos, isto também já foi dito aqui, mas eu relembro porque o Senhor Deputado colocou outra vez a questão, quando aquele aterro o seu tempo de vida esgotar, não haverá mais pelo menos na parte que nos tocar, não haverá mais a ampliação daquele aterro. Agora nós já fomos solidários com a região, porque o lixo tem que ir para algum lado, é fácil chegar aqui e dizer que não quero, todos nós produzimos lixo, esta região é uma região turística, produz o lixo dos naturais e o imenso lixo que os turistas trazem e, portanto, alguém tinha que, foi o Município de Loulé, mas não será mais. Daqui para a frente será outro município, outro concelho, que terá que ter um novo sistema de tratamento dos lixos, se esta for a solução técnica porque eventualmente a vida muda muito, a tecnologia avança, provavelmente hoje já haverá outras soluções técnicas para tratar os lixos.-----

O Senhor **Presidente da Assembleia**, deixou aqui expresso em seu nome, mas também penso que em nome da Assembleia 2 pedidos. Um é que nos sejam remetidas essas cópias das atas da Comissão de Acompanhamento, que o Senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Vereador Carlos Carmo referiu, penso que esse é um documento relevante até para perceber um pouco a evolução do processo e era na sequência do compromisso que o Senhor Presidente também tem que é o exercício de monitorização continua e vai continuar, caso exista mais algum relatório dentro daquilo que é o mandato em curso, pedia-lhe que o mesmo fosse remetido para a Assembleia Municipal para distribuição a todos os Senhores Deputados, provavelmente não se justificará, espero eu, uma nova sessão para estudar esse relatório, mas deixava esses 2 pedidos que penso que ter a concordância e acompanhamento dos membros da Assembleia para isso. Nós depois também faremos formalmente essa nota. Agradeço à Senhora Engenheira Maria Manuel Farinha a sua presença, a apresentação que fez e sei o sacrifício que fez para estar connosco hoje aqui. -----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

2- Apresentação e discussão do Plano de Ação para a Sustentabilidade Energética e Climática do Concelho de Loulé.-----

Para a apresentação deste ponto, foi cedida a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, referindo que o que o traz aqui hoje aos Senhores Deputados é este Plano de Ação para Sustentabilidade Energética e Climática, daqui para a frente PASEC, do Concelho de Loulé. Vou então passar a apresentá-lo, sendo que ele foi distribuído aos Senhores Deputados, uma palavra para vos dizer que este plano foi muito acompanhado pela nossa equipa de técnicos municipais da Divisão de Ação Climática e Economia Circular e que teve ainda o contributo da AREAL, como Agência Regional de Energia do Algarve, e também de uma empresa privada que presta serviço nesta área a todo o país que é a **IRIARTE**.-----

Para enquadrar, queria que os Senhores Deputados também fizessem o favor de enquadrar este PASEC, este plano, dentro das 28 opções de adaptação que resultaram da nossa estratégia municipal de ação climática, de adaptação às alterações climáticas. Portanto, este tema desde muito cedo começou a ser tratado, tudo o que diz respeito ao clima e à ação climática envolve, praticamente, todas as áreas da Câmara, por estranho que pareça falar de clima, falar de adaptação, falar de mitigação às alterações climáticas tem na Câmara um ator fundamental do ponto de vista dessa política que tem que existir e na Câmara praticamente todas as áreas de intervenção da Câmara, todos os serviços são chamados a dar o seu contributo para esta política em curso e em velocidade de cruzeiro dentro da Câmara Municipal de Loulé. Mas hoje vamos apenas centrar-nos no PASEC. Em 2013 havia claramente desde o princípio uma grande



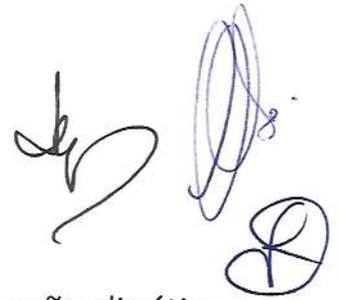
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

vontade política de tratar de um problema que afeta toda a humanidade e que nós desde muito cedo soubemos que este problema iria no futuro ganhar uma importância crescente na vida dos municípios e de facto assim é. Nós na altura começamos a falar e algumas pessoas naturalmente diziam, mas agora de repente o problema das alterações climáticas, mas depois com o tempo, sobretudo nos últimos anos toda a gente toma consciência que este é um dos maiores, se não o maior desafio que a humanidade tem pela frente. Portanto, nós tínhamos claramente politicamente uma questão de liderança assumida para escolher este tema como um tema estruturante da ação política da Autarquia. Logo em 2015 ali com o Professor Luís Filipe Duarte Santos assinamos um protocolo e fomos um dos 28 municípios no país que assinamos no âmbito do ADAPT, um programa nacional, em que 28 municípios foram escolhidos para construir, desenhar e construir as suas estratégias locais. Loulé foi o primeiro a terminar essa estratégia e é considerado ainda hoje no país como o melhor exemplo de todos de autarquia que não só teve a capacidade de rapidamente fazer a sua estratégia, como é aquele que em termos de execução das 28 opções de adaptação que são, digamos, as ações que resultam da EMAAC são aquelas que já tem 18 neste momento em fase de execução. Depois temos aqui o nosso documento que foi aprovado já em 2016, isto tudo teve muito trabalho, fomos muito apoiados por uma empresa que se chama CEDRU e, portanto, temos aqui o relatório da estratégia da EMAAC. Depois criamos uma marca para comunicar tudo, como vocês, os Senhores Deputados e cidadãos em geral, começaram a ver muita coisa Adapt Local, foi para comunicar. Não há nenhuma política em nenhum setor que não tenha a necessidade de ser comunicada. Portanto, nós concebemos toda uma estratégia de comunicação para sensibilizar toda a população do concelho de Loulé que a Câmara de Loulé estava muito focada a trabalhar nesta temática. Em 2017 temos um Conselho Local de Acompanhamento que neste momento tem cerca de 60 membros. Este conselho já reuniu 6 vezes, tem cerca de 60 atores, chamo a atenção que os partidos políticos todos eles já foram convidados, têm que fazer parte deste Conselho Local de Acompanhamento. Depois, a Câmara ela própria para levar por diante afetou recursos humanos e fez uma reorganização do seu organograma, digamos, da sua orgânica e primeiro criamos uma unidade operativa para a ação climática e depois essa unidade passou a ser divisão, mais tarde, Divisão de Ação Climática e Economia Circular, e criamos um Gabinete de Eficiência Hídrica e temos uma divisão de ambiente que está com toda a política energética porque quer problemas hídricos, quer a parte da energia, da eficiência energética tudo vem beber a este documento que aqui está. Aqui temos o nosso PASEC e vamos passar à frente.-----

O Município de Loulé assume o compromisso de acordo com este documento hoje



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ



que é um documento muito voltado para a mitigação, atenção, a ação climática tem 2 pilares estruturantes, um deles é a mitigação que é tudo aquilo que concorre para a eficiência energética e para a diminuição de libertação dos gases com efeitos de estufa que como sabemos não é o único, mas o mais importante gás com efeito de estufa que é o CO₂. Portanto, a mitigação é isso. A adaptação é todo o outro setor que nós temos, por exemplo, edifícios na linha de costa nós temos que olhar bem para eles à luz do estudo que temos para saber se temos que subir, queremos fazer uma avenida, temos que saber em termos de engenharia como é que essa avenida vai ser feita porque não podemos ignorar que nos próximos 50 e 100 anos há cenários prospetivos e sabemos onde é que o mar vai andar na maré cheia, na mudança de equinócio, quando há tempestades, sabemos tudo hoje com algum grau de precisão. E mais, sabemos também por experiência própria é que todos os cenários climáticos até aqui eles têm-se concretizado até anos antes daquilo que eram as previsões iniciais. Nós temos de acordo com este PASEC, nós vamos reduzir em 40% os gases com efeito de estufa até 2030. Devo dizer que o roteiro nacional para a descarbonização, há uma estratégia nacional para a descarbonização, prevê que Portugal seja neutro em emissões a partir do ano 2050, mas até 2030, a próxima meta, os municípios, a economia, o país todo em geral tem que reduzir 30%. Nós aqui estabelecemos 40% em função deste PASEC. Além temos a adaptação, mitigação e a governança e conhecimento, portanto, Senhores Deputados eu tenho muita pena, mas na altura própria apresentarei o plano, o Plano Municipal de Ação Climática, portanto, o plano que de certa maneira integra a estratégia e outros documentos porque tem adaptação, tem mitigação, tem 33 fichas de ação, são cerca de 33, enquanto que as opções de adaptação da estratégia eram 28, o PMAC, o plano de ação climática, vai ter 33 e muitas delas transitam da EMAAC para o PMAC. O PMAC será assim um plano de segunda geração já. O PASEC foi elaborado de acordo com a metodologia do Pacto de Autarcas que é, hoje vamos aqui votar a adesão ao Pacto de Autarcas, para a energia e o clima seguiu a mesma metodologia e os municípios aderentes desta iniciativa de âmbito voluntário têm como visão partilhada para 2050 acelerar a descarbonização dos seus territórios que é o que nós estamos a fazer com grande sucesso e muito rapidamente nós estamos numa velocidade de cruzeiro bastante apreciável que é a descarbonização do nosso território, depois já falamos mais à frente nisso, porque para fortalecerem a sua capacidade, para se adaptarem aos impactos inevitáveis às alterações climáticas e permitir que os cidadãos tenham acesso a uma energia segura, sustentável e acessível. Este é o objetivo para aderir ao Pacto de Autarcas. O que é que o PASEC fez? Portanto, seguiu um método que vimos ali e de acordo com esse método nós temos uma coisa que é o IRE. O que é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

que é este IRE? É um Inventário de Referência de Emissões, ou seja, se vocês virem lá no documento estão lá todas as fontes de consumo de energia, estão identificadas. Portanto, o Município pretendeu quantificar os consumos energéticos e as emissões de CO2 inerentes à atividade desenvolvida no território. O inventário de energia do Município inclui o cálculo do consumo, produção de energia, bem como as respetivas tendências evolutivas locais. Para vos dar um exemplo concreto, nós sabemos porque temos uma coisa, também quero vos dizer, temos um observatório municipal de ambiente e território que é um sistema de *report* com indicadores quantitativos, vale a pena, convido-vos a visitar esse observatório porque tem uma série de dados, acho que tem mais de 400 indicadores, já, que dizem respeito apenas ao concelho de Loulé e podem ali descobrir uma série de coisas que até desconhecem no Município de Loulé. Estão lá quantificados, qual é a quantidade de consumo de energia, por exemplo, de energia pública, quanto é que consumimos nos edifícios municipais, energia fóssil, os próprios consumos de combustíveis e por aí fora, está lá tudo. Depois temos linhas de ação, portanto, a resposta, este foi o inventário e de acordo com este inventário em termos práticos o que é que vamos fazer? Aumentar a eficiência energética, a mobilidade elétrica e as fontes de energia alternativas no setor dos transportes, já estamos a fazer isto, já vos digo melhor mais à frente. Apostar em edifícios sustentáveis, também estamos a fazer isto já. Gestão otimizada da eficiência hídrica energética na iluminação pública, também aqui estamos a dar passos. Sistemas integrados de gestão de energia, produção renovável, também temos vários exemplos já e promover uma transição para uma economia circular. Portanto, estas são as linhas de ação que, como vos vou mostrar um pouco mais à frente, todas elas umas mais, outras menos, já estão a acontecer no nosso concelho.-----

Portanto, aqui temos o compromisso dos autarcas e dos municípios na Europa que se comprometem a quê? Um plano de ação a longo prazo, incluindo, metas, objetivos de adaptação e mitigação do clima em 2 anos. Nós já temos este plano de ação, nós temos-lo no nosso plano, no nosso PMAC, nós já temos isto com relatórios produzidos. A matriz que quantifica a energia consumida e respetivamente as emissões emitidas em 2 anos, também temos essa matriz e também sabemos qual é a quantidade de emissões que são produzidas no concelho de Loulé, atenção, se falarmos de edifícios públicos, de equipamentos municipais, de iluminação pública sabemos, agora das empresas ainda não chegamos lá, como é óbvio, mas é possível saber porque a EDP tem esses números todos porque praticamente a EDP é quem tem o monopólio de distribuição de energia em baixa e é possível saber. Depois a avaliação de riscos e vulnerabilidades, identificando os principais riscos climáticos e os setores vulneráveis. Por exemplo, com o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

estudo do Professor Carlos Antunes da subida do nível médio das águas do mar, isso deu lugar a uma cartografia de risco e nós sabemos quais são os riscos, estamos a caracterizá-los e estamos a tomar medidas para preveni-los. Ultimamente, quero até dizer-vos, uma das respostas clássicas é o enchimento das praias e nós neste momento temos em curso temos um projeto e contamos que com dinheiro comunitário, foi uma candidatura ao PO SEUR, o município de Loulé vai proceder ao enchimento das praias desde Quarteira até ao Ancão em 2022, vamos recargar todas as praias e mais, vamos também reconfigurar e arranjar todos os molhes de retenção de areias que estão ali há anos e que nunca foram tocados e tudo isso vai ser mexido. Isto para vos dar um exemplo de uma medida de adaptação às alterações climáticas e esta no litoral é a primeira medida. Se falarmos num território mais interior há outras medidas, mas isto foi para exemplificar. O *report* de ações realizadas sobre mitigação e adaptação pelo menos 3 ações de mitigação em 2 anos e 3 ações de adaptação em 4. Nós temos muito mais que isto, já hoje, nós temos muito mais do que isto, ações quer de mitigação, quer de adaptação. Relatórios de monitorização da implementação de ações. A cada 2 anos após a apresentação do plano de ação e das emissões a cada 4 anos, apresentação do plano de ação. Nós temos tudo isto com várias ações a decorrer já. Portanto, o motivo da adesão ao Pacto de Autarcas, qual é? Contribuir para a concretização da visão estratégica 2025, nós temos uma visão estratégica 2025 do concelho de Loulé, com particular destaque para um território ordenado e qualificado do ponto de vista ambiental, cultural e urbanístico que preserva e valoriza a biodiversidade, promove a economia circular e a adaptação, portanto, este é o enunciado, mas o objetivo de aderir ao Pacto de Autarcas está aqui enunciado e aceder a uma rede mais alargada de fontes de financiamento. Nós somos dos municípios no país melhor posicionados para ir buscar dinheiro aos vários programas da União Europeia que foram desenhados, ultimamente, colocando muito o foco na adaptação dos territórios às alterações climáticas e como na mitigação. Portanto, antes mesmo de haver essas últimas decisões, nós já estávamos a trabalhar, como viram, desde 2015. E, portanto, aqui temos exemplos, nós queremos instalar 2 MegaWatt em unidades de produção e autoconsumo, em escolas, várias escolas neste momento têm já painéis fotovoltaicos, estão a produzir e estão a evitar a emissão de várias toneladas de CO2 para a atmosfera. O município de Loulé já está a dar o seu contributo que é já muito significativo. Edifícios municipais, aqui tem um mercado, mas há mais, edifícios com painéis fotovoltaicos, as piscinas e pavilhões municipais, temos nas piscinas de Loulé, estão a acabar, vamos passar para as piscinas de Quarteira, as empresas municipais é onde temos o trabalho mais avançado no que diz respeito à política climática, nas IPSS, nós criamos um fundo que vai até 35.000€ para as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

IPSS do nosso concelho aproveitarem e poderem substituir o consumo da sua energia que antes compravam à EDP e agora produzem e consomem localmente. Isto tem dado uma redução na fatura de pagamento à EDP bastante significativa. Neste momento já temos 3 IPSS que aproveitaram esse apoio e esse fundo que a Câmara Municipal de Loulé criou, pelo menos 3 temos concluídos que é o Centro Comunitário da Fundação António Aleixo em Quarteira, a Creche Sílvia Bonixe aqui em Loulé e o Lar de Idosos em Alte, portanto, pelo menos nestes eu já sei que estão instalados os painéis fotovoltaicos e já estão a poupar muito dinheiro. Depois a instalação em elevatórias de água e as novas obras municipais, aliás todas elas, quer o Mercado de Quarteira, quer o Centro de Saúde de Loulé, o novo edifício da saúde, habitação social a custos controlados, todos estes projetos têm todos a última palavra em termos tecnológicos para a eficiência energética. Aqui temos, cá está, para conseguir os tais 2 MegaWatt de potência instalada nós temos aqui a central fotovoltaica no Mercado, não se vê, e já está a produzir, em 2019 produziu 50 MegaWatt e teve uma redução anual de 23 toneladas de CO₂. Aqui temos a comunidade energética do Agrupamento das Escolas Padre João Coelho Cabanita e a Escola de Salir, devo dizer que este foi um projeto inovador em Portugal, foi o primeiro de todos e que aliás agora ganhou um terceiro prémio, a GALP instituiu um prémio que concorreram muitas escolas do país e os meninos e os professores da Escola de Salir ganharam o terceiro prémio, nada mau, aliás em prémios nós temos ganho imensos prémios, mas muitos mesmo. Portanto, esta comunidade, eu posso explicar, nós instalamos os painéis, pusemos um contador e os miúdos percebem qual é a energia que está a ser produzida, há um painel informativo, qual é a que está a ser consumida e qual é aquela que é poupada, o excedente que vai para um mealheiro e que ao fim de algum tempo os pais, os alunos, os professores vão dizer, o que é que vamos fazer a este dinheiro? Sendo que a regra é investir aquele dinheiro em mais eficiência energética da escola, ou vão ver se as janelas estão todas calafetadas, ou se têm que passar para vidro duplo, vão mudar as lâmpadas todas para led, portanto, a ideia é trazer os meninos e os pais a uma posição não passiva, mas ativa a serem eles próprios agentes da mudança e da adaptação às alterações climáticas, portanto, este é também um projeto muito bom. Nós já temos esta escola, temos segunda fase que está a terminar em mais 6 escolas, que estão a receber a instalação de painéis fotovoltaicos e uma terceira fase, que acho que já foi aberto o concurso, para mais 7 escolas. Portanto, ali estão a concluir as 6 escolas mais a Escola de Salir e a ideia é fazer isto em todas as escolas. Aqui temos, novamente, a Escola de Salir, são 30 toneladas, uma redução anual de CO₂. Nós trabalhamos em rede com vários projetos com a União Europeia, com países da União Europeia, estes meninos no âmbito deste Programa Three 4 Climate em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ



breve irão à Alemanha, portanto, para trocarem experiências e para aprenderem, como calculam, isto tem um potencial de desenvolvimento das crianças verdadeiramente extraordinário. E aqui está o prémio que eles ganharam recentemente, o terceiro lugar promovido pela Fundação da GALP com este projeto. Aqui temos a Inframoura que é uma empresa municipal na linha da frente, claramente, em termos de inteligência que incorpora na gestão do espaço público, mas sobretudo é autossuficiente na energia que consome. Porquê? Porque tem esta banda de painéis a produzir e depois ainda tem umas baterias recicladas para onde acumula e pode gastar à noite que, como sabem, não à produção de energia. Aqui são elevatórias de água onde já existe, também, a instalação de painéis e as elevatórias que são uma grande fonte de consumo de energia no concelho de Loulé nós já começamos a instalar painéis fotovoltaicos. Aqui é na Infralobo, portanto a mesma coisa, a Infralobo é um *smart resort* e nesse conceito de *smart resort*, um papel muito importante é a eficiência energética que mais uma vez aqui está e aqui também nas oficinas, não só escritórios, mas também nas oficinas. Aqui temos as piscinas, a Piscina Municipal de Quarteira que está em fase de projeto, vai produzir 110 quilowatt e aqui as piscinas de Loulé, que está em fase de conclusão, com a capacidade instalada de 50 quilowatt. Aqui é a Fundação António Aleixo que eu falei, aqui a Casa da 1.ª Infância, que eu tinha falado. Aqui temos o Programa de Certificação Energética de Edifícios Municipais, é também uma das ações em curso, aqui temos a melhoria do conforto térmico dos edifícios, também há políticas cada vez mais ativas neste sentido e aqui temos a gestão de energia em edifícios municipais, a Plataforma SERES. Esta é a primeira plataforma do país desenvolvida por uma empresa de informática local, é um grande orgulho para nós no município de Loulé porque isto vai permitir-nos grande redução dos custos da fatura energética. Portanto, tudo é tratado automaticamente, as faturas enviadas pela EDP para a contabilidade do município, que são centenas, se não milhares, entram diretamente nesta plataforma e, portanto, são tratadas praticamente sem intervenção humana com recurso a inteligência. Este é um projeto que apresentamos ao Secretário de Estado, orgulhamo-nos muito dele, está ainda em fase de evolução e melhoramento, mas isto é que eu saiba, não sei tudo, mas é raro se não o único exemplo no país até agora e vai-nos permitir detetar consumos que não tinham que acontecer, potência instalada desadequada ao consumo, há uma série de ineficiências que vai ser apanhada com esta plataforma. Depois aqui nós temos feito muitas ações para empoderar e transmitir conhecimento às pessoas e para os técnicos da Câmara. Aqui temos pobreza energética em Portugal, aliás, vai vir muito dinheiro comunitário para as pessoas poderem renovar as suas casas e isso o Município, vamos ter que nos preparar, apoiar essas pessoas de acordo com um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

programa nacional, aqui são *webinar's*, encontros em plataformas eletrónicas para as pessoas saberem como devem consumir, reduzir os consumos e pagar menos na fatura, é um município extremamente ativo em tudo o que diz respeito e são muitos os problemas cobertos pela ação climática. Aqui temos os eixos estratégicos, ali as empresas municipais, como podem ver aqui no centro a matéria que nos interessa mais, aqui os indicadores, o tal AUMAT, eu acho que os Senhores Deputados deverão saber que nós temos, de facto, um município com imenso trabalho feito, nós somos referência no país, são até países estrangeiros como Marrocos que, por exemplo, quer conhecer a nossa experiência, e a muitos níveis nós somos contactados por muita gente, convidados para partilhar a nossa experiência. Não tem segredo nenhum, o segredo é a liderança política e é investir em recursos humanos. Sem pessoas a trabalhar exclusivamente neste setor, como nós temos, as coisas não acontecem. Há que despir-nos de preconceitos, saber que esta tarefa é uma tarefa de grande responsabilidade para as gerações futuras e alocar os recursos e os valores necessários para que isto se possa fazer. Participação, este com 60 pessoas a participarem, houve aqui umas jornadas das sustentabilidades aqui onde estive cá o Ministro do Ambiente, comunicação fazemos muito, financiamento e os indicadores que é o AUMAT e a capacitação com ações de formação a técnicos e por aí fora. Atenção, alguém detetou que no PASEC, no documento, havia uma folha errada. Entramos em contacto e foi substituída essa folha, portanto, Senhores Deputados, há uma folha, a página 10 do PASEC, portanto quando se fala da economia e como é que a economia funciona em termos de consumos energéticos, temos aqui a repartição, o peso de cada setor económico em termos de consumo de energia. Esqueçam o que lá está e considerem este que aqui está que, aliás, nós vamos enviar a todos os Senhores Deputados. Depois vou mandar-vos nos próximos dias um pequeno resumo daquela que é a política de ação climática do concelho de Loulé e tenho a certeza que os senhores vão sentir um grande orgulho, tal como eu sinto, neste dossier e na forma como ele é encarado pela gestão autárquica. Está além, também, o representante que foi da AREAL na altura quando o documento foi feito e que, portanto, alguma pergunta mais técnica pode ser respondida pelo Engenheiro Cláudio Casimiro e até pela Chefe de Divisão da Ação Climática e Economia Circular a Lídia Terras, estão ali, e também está a Marisa Tomás, portanto, estão ali várias pessoas, alguma questão mais técnica eles estão habilitados a responder.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, referindo que antes de mais quero parabenizar, neste caso dar os parabéns à excelente apresentação feita pelo Senhor Presidente da Câmara, aliás, é uma riquíssima apresentação,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

que devemos todos olhar para ela como um objeto de estudo. Acho que também devemos todos dar aqui os parabéns ao Gabinete de Ação Climática da Câmara Municipal, que é um gabinete bastante jovem, e que tem dado provas a nível regional, nacional e até internacional. Portanto, a todos os nossos parabéns.-----

O maior desafio que as sociedades humanas enfrentam é a adaptação e o combate às alterações climáticas. Os efeitos das alterações climáticas estão à vista de todos. Posto isto, é imperativo o desenhar de políticas para a adaptação aos efeitos das alterações climáticas e para consciencializar para este problema. São essenciais medidas que diminuam e travem os efeitos das emissões de gases com efeitos de estufa e que consigam promover verdadeiras mudanças no atual paradigma socioeconómico. As emissões de gases com efeito de estufa são, precisamente, uma das causas mais faladas das crises climáticas, mas não são as únicas causas que dão origem ao aquecimento global. O abandono da floresta, a poluição hídrica e atmosférica, a agricultura intensiva, a sobreposição de produtos não biodegradáveis são igualmente causas de destruição do ambiente e decorrem de modo de produção atual baseado na exploração abusiva dos recursos e na produção de excedentes alienáveis da natureza. Está cada vez mais generalizado, em particular nos mais jovens, o sentimento que é urgente adotar medidas para a proteção da natureza e para a recuperação do equilíbrio ambiental e ecológico. O facto de serem muitos os fatores a influenciar as condições climáticas e alterá-las faz com que enfrentá-los exija a adoção de políticas sérias e conscientes e a mobilização de recursos adequados. Há que agir conscientemente pelo planeta e neste contexto, a proteção dos seres vivos, bem como a responsabilidade ambiental e social tem que estar acima da mercantilização e da procura do lucro. O Município de Loulé desde 2013 tem tido uma estratégia ambiental que influencia todas as áreas de atuação da gestão municipal. Desde logo, tal como foi apresentado neste PowerPoint do Senhor Presidente da Câmara, tem tido uma estratégia municipal de adaptação às alterações climáticas seguindo do Conselho Local de Acompanhamento, do Plano Municipal de Contingência por períodos de seca, que é aliás bastante importante como nós temos visto, da criação de Redes de Mobilidade Suave, da extensão de hortas urbanas, da promoção e criação do Geoparque Algarvensis, como nós sabemos vai criar um novo paradigma no turismo regional, ou seja, num turismo cultural e mais amigo do ambiente, na criação de um Observatório Municipal do Ambiente e do Território, que aliás é bastante importante, bem como na adaptação, como vimos também neste PowerPoint, dos edifícios municipais para a utilização eficiente de energia. Loulé é, sem dúvida, um farol de esperança no contexto regional e nacional no que diz respeito a políticas ambientais e a políticas de adaptação às alterações climáticas. Portanto, penso que não é injusto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

dizer que nunca vimos aqui um Executivo que tivesse um compromisso tão forte e tão firme com o ambiente e com as alterações climáticas. Não é uma bandeira que designa aquilo que o Município faz, mas sim o nosso compromisso diário e as nossas ações diárias, como temos visto.-----

Pediu para intervir o Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, dizendo que hoje celebra-se o Dia Mundial do Ambiente, 5 de junho, uma iniciativa das Nações Unidas e melhor para honrar esse dia e essa convicção de sustentar o nosso planeta, a nossa casa comum, que esta ordem de trabalhos que embora o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e do Senhor Presidente da Câmara acordaram para o dia de hoje, com sacrifício das nossas famílias, do fim-de-semana, mas demonstra a vontade de servir e a vontade de ser consequente com o tempo e o modo. E este teor, a minha intervenção vai ser muito curta, a ordem de trabalhos, a monitorização ambiental e a avaliação do funcionamento do aterro sanitário, os planos e as votações. Ele incorpora as grandes questões do ponto de vista ambiental que nos assistem. E sobre o aterro, ninguém quer um caixote do lixo, um ecoponto em frente de casa, como é evidente, e vir buscar a história tem a ver com questões que não são muito pedagógicas. Há a necessidade, com certeza, de sermos parte da solução. E parte da solução é, nomeadamente, este relatório que aqui foi entregue onde avalia as medidas e propõe soluções. Alguém levantou a questão, mas propõe soluções, acredito que às vezes pode não haver a atenção devida. E esse relatório de monitorização ambiental que pela primeira vez aqui surge e penso que é essa consequência e esse facto que nos leva a ter a vontade, o momento e a oportunidade que abriu do órgão fiscalizador do município aqui ganhar a possibilidade de intervir e também ajudar à solução. Senhor Presidente, nas questões que foram apresentadas, o grupo municipal do PS não pode deixar de se congratular pelo trabalho que está a ser apresentado, pelos objetivos a que se propõe do ponto de vista político local e ao mesmo tempo termino só com uma recomendação, que é de justiça. A nossa Agência Regional de Energia que foi fundada há uns anos, na nossa região, no nosso território, ela tem contribuído para, do ponto de vista dos objetivos e da eficiência energética e estudos elevados, tem dado contributos importantes e o Senhor Presidente da Câmara junto da AMAL, junto dos outros Presidentes de Câmara, dar força e dar sustentação da AREAL, a AREAL precisa de técnicos, de meios e esses meios são importantes. Ao mesmo tempo não poderia deixar de pôr em evidência o trabalho que as empresas que aqui conosco colaboram, a ISQ e todas as empresas de especialidade que aqui nos põem em evidência as questões e que aqui apontam as soluções.-----

Pediu para intervir o Senhor **Deputado Seruca Emídio (PSD)**, começando por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

felicitar a Câmara pelo trabalho que aqui foi apresentado, um excelente trabalho e muito bem apresentado, de forma que mesmo que as pessoas que não estão dentro da área apreenderam facilmente o problema que nós temos em mão e como aqui foi dito a identificação do problema é o ponto fundamental de partida para a resolução do problema, foram apresentados aqui e feitas propostas para mitigar os graves problemas ambientais que o aterro tem e só espero, esperamos todos, naturalmente, que consigamos a pressionar a ALGAR a criar condições para que isso seja uma realidade e ao mesmo tempo também tentar compensar aquelas populações daquelas zonas e como aqui foi dito talvez na questão da saúde uma assistência periódica, mais acessível, que penso que há grandes dificuldades nessa matéria.-----

Mas aquilo que me motivou a vir aqui falar também é que de uma forma subliminar foi aqui dito pelos Senhores Deputados, particularmente do Partido Socialista, que parece que as preocupações ambientais começaram com este Executivo, em 2013. Antes de 2013 ninguém se preocupava com nada, não falavam do ambiente, o que não corresponde à realidade. Desde logo porque os tempos eram outros e nós não podemos colocar as situações fora do tempo. Naquela altura, nos 12 ou 13 anos que o PSD esteve à frente da Câmara Municipal de Loulé nós preocupámo-nos com coisas muito mais terrenas, coisas muito mais urgentes e primitivas, desde logo o saneamento básico, o abastecimento de água, as boas vias e isso foi a grande prioridade que nós tivemos na altura que estive à frente da Câmara. Em boa hora o atual Executivo tomou outra linha e deu seguimento a outro tipo de preocupações, mas eu estou convencido que todos aqueles que tiveram a possibilidade e também a responsabilidade de gerir o concelho de Loulé se preocuparam com as questões ambientais, naturalmente. Portanto, mais do que tentar tirar os proveitos políticos para este ou para aquele Executivo, eu posso vos dizer durante os 12 anos que estive à frente da Câmara Municipal de Loulé fui o Presidente da AREAL, numa altura em que ninguém queria fazer parte da AREAL. As Câmaras Municipais do Algarve que faziam, os Presidentes de Câmara deixaram de apoiar a AREAL e foi a Câmara de Loulé naquela altura, em que eu fui Presidente, que manteve a AREAL sempre a funcionar. Portanto, só para dar o exemplo de como as preocupações em termos ambientais, da qualidade de vida, da sustentabilidade ambiental vêm muito antes, embora, naturalmente, com outro tipo de projeção, não havia este marketing político que existe atualmente para fazer este tipo de e como todos nós sabemos é o que vende neste momento. Portanto, eu só queria deixar este testemunho, um testemunho vivo porque acho que a justiça tem que ser feita, com transparência, com calma, com responsabilidade porque só assim conseguimos mobilizar todos para os objetivos que nós nos propomos.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Pediu para intervir o Senhor **Deputado Fábio Nobre (PS)**, referindo que em primeiro lugar, claro, tenho que saudar o Executivo por organizar uma sessão exclusivamente sobre o ambiente, o primeiro ponto sendo um ponto muito local, o segundo ponto sendo também local, mas com mais perspetivas globais. Em segundo lugar parabenizar também por muitas e boas iniciativas já tomadas, o Senhor Presidente falou de algumas, aumentar a eficiência energética e fontes de energia alternativas nos transportes, edifícios sustentáveis, economia circular, produção renovável. Porém, há algo que eu tenho que falar e quem me conhece e conhece as minhas decisões e a minha maneira de estar na vida sabe disto que tem a ver com um assunto que politicamente ainda é muito complicado e aqui não se refere só à Câmara Municipal, mas que se a nossa luta para diminuir as emissões for sincera e honesta é um assunto que vai ter que ser começado a falar com mais veemência, o qual até a ONU alertou já para 2019, que tem a ver com a agropecuária e o consumo de carne. Meus senhores e minhas senhoras não vamos lá a comer carne como comemos, a produzir carne como produzimos. Não vamos lá de maneira nenhuma, acreditem, e eu até desconfio que esta redução de 40% de CO₂ até 2030, que o Senhor Presidente disse que era um dos objetivos da Câmara Municipal de Loulé, não será possível sem de alguma forma atacar este ponto porque é um ponto muito importante. As estimativas mais céticas apontam a agropecuária como responsável de 15% do total de emissões de dióxido de carbono no mundo, 15% que é superior a todo o negócio dos transportes. Eu trouxe aqui alguns números porque eu sou vegetariano há alguns anos e tenho seguido e tenho tentado perceber de que forma é que isto afeta o nosso mundo e reparem em como em coisas muito práticas como o consumo de água, nós sabemos que a água é cada vez um bem mais escasso e bem precioso, queria aqui fazer-vos algumas comparações. Por exemplo, um quilo de carne de vaca consome cerca de 18 mil litros. Um quilo de carne de ovelha, 10 mil litros. Um quilo de carne de porco, 6 mil litros. Um quilo de carne de frango 5,5 mil litros. Por exemplo, um quilo de maçãs, 820 litros, um quilo de batatas 290 litros, couve e alface 240 litros, tomate, por exemplo, 215 litros. Isto para dizer que se realmente nós não estivermos dispostos a mudar a nossa alimentação e a forma como usamos e abusamos do ambiente então acredito que todo o nosso esforço de diminuição das emissões do dióxido de carbono não terá sucesso. 77% de toda a terra arável é usada para ou áreas de pastoreio ou áreas de produção de cereais para a alimentação de gado, isto equivale a 30% de toda a terra. Portanto, descontando a água, claro, de toda a terra que existe 30% é destinada à agropecuária. Para terem uma noção, cerca de 70 mil milhões de animais são mortos anualmente, a população humana é cerca de 7.5 mil milhões, portanto, 10 vezes a população



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

humana é morta anualmente para consumo humano. Em Portugal, por exemplo, 257 milhões de animais são abatidos anualmente. E, portanto, isto sendo um problema ético, que é esta a última parte, é também um problema ambiental muito grande no que diz respeito às emissões de dióxido de carbono, CO₂, e até de metano. Portanto, é um assunto que ainda é um bocado desconfortável a nível político, e eu percebo, porque a maior parte das pessoas não faz a ligação direta, se calhar, entre o consumo de carne e a questão das alterações climáticas, mas é um assunto que cada vez mais vai estar em cima da mesa e acreditem no que vos digo, daqui a 10 anos não estaremos a comer carne como estamos neste momento porque simplesmente não será possível. Eu tenho aqui algumas recomendações em que eu acho que seria, que são recomendações, enfim, as possíveis tendo em conta que estamos a falar de um Executivo Municipal e, portanto, como é óbvio não tem todo o poder do mundo para fazer alterações substanciais, mas por exemplo, uma coisa que se tornou muito famosa nos Estados Unidos que é a introdução das segundas-feiras sem carne e usando isto de uma forma de tentar sensibilizar a população através, por exemplo, de palestras ou eventos sobre a importância de reduzir este consumo, a promoção de alternativas vegetarianas nos eventos públicos, por exemplo, e o PAN foi importante neste âmbito, penso que em 2019, ao ver aprovado uma proposta de ter sempre uma opção vegetariana nas cantinas e uma ação de sensibilização, por exemplo, nas escolas. Meus senhores e minhas senhoras, se queremos realmente levar a sério este assunto, este é um tema que eu trouxe à Assembleia neste momento porque achei que se coadunava com o assunto que estávamos a conversar, a debater, é um tema ao qual não podemos continuar a virar as costas e eu sei que é muito desconfortável porque sei que nós vivemos do turismo, eu próprio vivo do turismo, e que grande parte do nosso tecido empresarial está na área da restauração, por exemplo, mas eu acredito que a originalidade e com dinâmica e com inspiração conseguir-se-á alternativas que eu sei que, por exemplo, muitos restaurantes já possuem, aliás, é uma coisa que eu tenho vindo a verificar ao longo do tempo, restaurantes vão possuindo opções vegetarianas, mas o que eu queria deixar realmente vincado é que sem uma mudança profunda nos nossos hábitos alimentares podem esquecer todo o combate às emissões de CO₂ porque simplesmente não será possível. Queria felicitar a Câmara pelo excelente trabalho porque está na dianteira por realmente demonstrar vontade política neste aspeto e queria apenas deixar este alerta que é um alerta não só local, mas também local.-----

Pediu para intervir o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, referindo que esta proposta que estamos hoje a discutir, tinha sido apresentada numa sessão anterior e por proposta do Bloco de Esquerda foi transformada numa sessão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

temática no Dia do Ambiente e ainda bem que assim o foi, que a Câmara aceitou a proposta. Por outro lado, antes de mais, salientar o papel importante que o município de Loulé tem desenvolvido nesta matéria de ambiente. Do documento, o município de Loulé assumiu um compromisso de apoiar a implementação da meta de 40% de redução dos gases com efeitos de estufa até 2030 e adotar uma estratégia conjunta para a mitigação e adaptação às alterações climáticas. Mas em Loulé consideramos errada a política climática que passa a esmagadora maioria dos custos para os consumidores, nomeadamente, em termos de mobilidade e na mobilidade elétrica, as elevadas taxas de qualidade que se praticam nas empresas municipais, a existência de uma rede de águas e regas com perdas significativas de água com graves prejuízos para o excesso de consumo de recursos hídricos. Defendemos, adicionalmente, alternativas de produção de energia eólica ou voltaica para a energia das ondas que também é uma fonte de energia renovável. O apoio ao cadastro dos furos e a verificação da respetiva legalização na CCDR. Defendemos, igualmente, o combate à pobreza energética, nomeadamente, ao nível da construção existente que carece de fiscalização e adaptação com normativos que não assentem tanto no ar condicionado, por exemplo, nas marquises, que está muito na moda em Lisboa também, mas na climatização recorrendo à utilização de materiais adequados às temperaturas que se fazem sentir na nossa região de mais e melhores transportes públicos, de habitação energeticamente eficiente e de criação de emprego para esta transição. O Bloco de Esquerda sobre esta matéria de ambiente tem apresentado diversos projetos de lei e apresentou na Assembleia da República em 2020 um projeto-lei de bases de energia do clima, assim como o aumento de investimentos que vão contribuir para a melhoria da eficiência energética e no combate às alterações climáticas e na defesa do ambiente. Por outro lado, temos apresentado diversos contributos para os orçamentos municipais com propostas e recomendações e ficamos satisfeitos porque uma parte dos objetivos constantes na nossa proposta virem contemplados na lei, assim como as preocupações do Bloco de Esquerda em Loulé nestas matérias coincidirem na sua grande maioria com as medidas orientadoras constantes deste plano de ação. Salientamos mais que retórica é necessário sermos mais proativos, consideramos de muito importante o reforço de verbas nos orçamentos com a apresentação da sua calendarização e objetivos por cada ano de forma a aferirmos da verdadeira preocupação ambiental do município para os próximos anos e da redução da pegada ecológica. Nos últimos orçamentos timidamente temos assistido à inclusão de verbas para algumas propostas que fizemos, para a construção de um orçamento municipal mais amigo do ambiente. Salientamos algumas dessas propostas que é necessário pôr em prática programas de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

investimento dirigidos à eficiência energética, na tecnologia led e na energia renovável. Estabelecer protocolos e participações em unidades fotovoltaicas nos edifícios de associações sociais e recreativas e desportivas, assim como nos edifícios municipais e equipamentos municipais. A redução progressiva da frota municipal e nas empresas municipais, não basta renovar, temos que reduzir a frota automóvel que é exageradamente elevada. Cada diretor não tem que ter um carro, cada funcionário não precisa de ter um carro, terá que haver uma coordenação eficaz para que os carros sejam distribuídos através de um mecanismo, para que as pessoas utilizem os carros e andarem mais a pé entre serviços. A apresentação de um plano para construção de novas ciclovias de ligação na sede do concelho ao litoral, entre freguesias e intra freguesias, como incentivo ao uso da bicicleta, não se pode pedir a substituição do carro, usem as bicicletas e depois não temos meios seguros para andarmos na estrada. Reabilitação da rede pública de abastecimento de água, portanto, segundo parece as perdas são superiores a 30%, perdas que se incluem perdas e perdas não contabilizadas. Estabelecer um programa de montagem de contadores em todos os pontos de entrega quer sejam associações, jardins, tem que ter um contador de água, temos que saber o consumo eficaz da água para sabermos exatamente qual é o valor eficaz das perdas. Reutilização das águas residuais das ETAR's para rega de jardins e golfe, estamos muito atrasados nesta matéria, e temos um grande potencial de desenvolvimento à frente. Substituição com urgência das coberturas de amianto existentes nas escolas, sabemos que algumas já estão em curso, no entanto, é necessário prosseguir agora nos edifícios municipais e apoiar instituições para a substituição englobada neste programa. Nas questões ambientais importa aplicar a pedagogia, sugerir a elaboração de um manual de boas práticas de ambiente, com distribuição pelas escolas, equacionar a possibilidade da criação de uma central de tratamento com resíduos orgânicos e uma central de biomassa e, por outro lado, desenvolver uma campanha para melhorar o sistema de recolha de monos e aparas de jardins, especialmente nas zonas urbanas do litoral e colocação de ecopontos nas zonas rurais para evitar o lixo e outros resíduos fora dos contentores e fomentar a reciclagem.-----

Foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, para rapidamente tecer alguns comentários e responder a algumas questões. Em primeiro lugar ao Senhor Deputado Doutor Seruca Emídio, eu não vi ninguém que tecesse considerações a menorizar o trabalho na área ambiental do tempo em que o Doutor Seruca Emídio exerceu funções de Presidente da Câmara, eu não ouvi, e de qualquer maneira deixe-me dizer-lhe, e aproveito, que o trabalho feito ainda no tempo do Doutor Seruca Emídio foi um trabalho bom, com uma divisão de ambiente com a criação

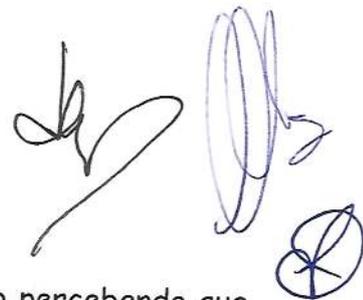


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

de 2 centros de educação ambiental na Penina, portanto, tem trabalho, foram durante anos ganharam o galardão ECO XXI, portanto, nós não começamos do zero, nunca diria isso porque não seria verdade, agora que além do ambiente nós aceleramos muito na área do ambiente, do clima, da eficiência energética, da água, da participação das populações, não há dúvida que aceleramos muito, agora não começamos do zero. No tempo do Doutor Seruca Emídio houve trabalho feito e bom trabalho e aproveitamento também porque há bocadinho só falamos nos técnicos municipais da Divisão da Ação Climática, mas há os técnicos municipais da Divisão de Ambiente que têm feito um excelente trabalho também ao nível da educação ambiental, um excelente trabalho. E há os técnicos da Divisão de Ambiente, há o Gabinete de Eficiência Hídrica e há uma divisão que tem toda a problemática da eficiência energética que aliás falamos aqui há bocadinho com uma plataforma que tem isso a seu cargo e que tem feito um excelente trabalho. Agora não há dúvida que a nossa política de ambiente e sustentabilidade e de clima passou a ser, eu diria que, o eixo da ação autárquica e não é porque venda, aliás acho que essa expressão não é adequada, aqui não se trata de vender, nem de ir atrás de modas, nem que o marketing manda fazer, não é nada disso, é uma necessidade absolutamente vital de todas as comunidades humanas em todo o mundo é encararem este problema sem perdas de tempo e trabalhar muito ativamente e agora aqui transito para o Senhor Deputado Carlos Martins para dizer que muitas das coisas que sugeri fazer ao Município fazer, o Município já está a fazer, já, e há outras, por exemplo nos transportes, nos transportes públicos urbanos nós que queremos estimular o uso de transportes públicos, andar a pé e sobretudo encostar o automóvel, bem eu devo dizer que não há muitos municípios em Portugal em que os transportes públicos urbanos sejam gratuitos, são gratuitos em Loulé, em Almancil, em Quarteira e Vilamoura, quem circular nos transportes públicos não paga nada, portanto, esse é um custo conscientemente assumido pelo erário público municipal. Porquê? Porque queremos os nossos autocarros cheios e queremos criar mais linhas, a questão é que as pessoas andem cada vez mais nos transportes públicos urbanos até quando fizemos, nós renovamos a frota não assim há muito tempo, quando fizemos o concurso queríamos os autocarros todos elétricos, mas ninguém apareceu com essa proposta. Portanto, são veículos de transporte coletivo mais eficientes, mas não são totalmente elétricos, são híbridos, mas é um ganho, já, assim como boa parte, nós temos objetivos quantificados para a substituição da frota automóvel do município e muitos veículos, os veículos que estão a ser abatidos são substituídos por veículos elétricos, nós também estamos aí na linha da frente. Ciclovias nós temos mais de 50 quilómetros de ciclovias no nosso concelho. Chega? Não chega nada, é muito pouco ainda, é muito pouco, e como disse e muito bem temos que fazer projetos e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ



ser muito mais ambiciosos porque as pessoas cada vez mais vão percebendo que esse é o caminho para onde todo o mundo está a ir que é para não termos reações como aquelas que tivemos em Quarteira que, enfim, por falta de explicação da nossa parte daquilo que se pretendia, tomamos uma decisão no âmbito do Laboratório para a Descarbonização, que é um conjunto de medidas aplicadas pago pelo Fundo Ambiental quase meio milhão de euros, 400 e tal mil euros, fomos financiados nesse valor, começamos logo pelas ciclovias. Mas aquilo tem contadores de veículos automóveis, contadores de peões, tem estações meteorológicas, tem iluminação led, tem rega inteligente, falta pôr a circular um pequeno veículo de recolha pelo comércio local de lixo, sobretudo o lixo reciclável e sobretudo cartão, daquele conjunto de medidas do Laboratório para a Descarbonização implementado em Quarteira, de uma forma pioneira no país, é o único que falta. Portanto, nós estamos bem posicionados, já com muito trabalho feito, agora eu quero muito mais, eu e todos nós queremos muito mais na Câmara de Loulé, queremos muito mais, disse e muito bem e nós estamos a fazer isso, a instalar contadores em todos os lugares onde a água era consumida e não era medida porque esses números que vêm a público de uma performance que me deixa insatisfeito pessoalmente no que diz respeito à gestão da água que é um bem escasso e temos que tratar muito bem com todo o sentido de responsabilidade, acontece porquê? Acontece primeiro porque, concordo, há uma parte das redes que estão envelhecidas e para isso estamos a instalar zonas de medição e controlo, dispositivos que podem medir, estamos a instalar contadores em todas as escolas, nos jardins e parques, nas bocas onde os carros dos bombeiros se vão abastecer para combater os incêndios, estamos a medir tudo porque quando nós medirmos isso tudo, esses números vêm por aí abaixo. Nós já sabemos disso e estamos a ter bons resultados já, mas é preciso muito mais porque nós temos que ter a nossa eficiência hídrica desejavelmente como aquela que existe na Quinta do Lago e como aquela que existe no Vale de Lobo e também na Vilamoura que são das melhores do país, aliás, a Quinta do Lago é a empresa mais eficiente em Portugal, várias vezes premiadas no que diz respeito à eficiência hídrica. Como também estamos a fazer o combate aos usos ilícitos, porque também há, temos descoberto muitas ligações diretas, portanto, pessoas que procuram desviar sem qualquer contador ou contrato com a Câmara da rede pública de distribuição de água, também estamos muito focados nisso. Isso não pode acontecer. Portanto, Senhor Deputado falou da reutilização das águas das ETAR's, tem toda a razão, portanto, faz parte deste programa que foi apresentado recentemente pela APA, um programa para a eficiência hídrica no Algarve entre outras situações que vão ser financiadas são projetos para o reaproveitamento das águas das ETAR's e também já agora porque falou da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

energia das ondas, não é isso, mas é a dessalinização, isso sim, estes estudos estão a ser feitos até para serem financiados no âmbito do PRR que tem que ter projetos e obra executada até 2026. E eu vejo muita gente focada nisso, cada vez mais há uma sensibilização por parte da Administração Pública portuguesa para abraçar estas causas do ambiente e da gestão responsável de recursos que são recursos finitos. O amianto nas escolas acabou, só há a Escola Laura Aires em Quarteira, nalgumas partes, porque é uma escola que vai ter que ser toda ela remodelada e reconstruída porque está absolutamente obsoleta. Agora amianto nas escolas terminou em maio, que eu saiba, todo o programa de remoção do amianto e, portanto, o que há é residual, mas também com certeza que faremos, e muitas outras coisas. Responderei a todas as questões que forem colocadas, eu e o Senhor Vereador do Ambiente também, que também digo a quem se deve muito também o bom trabalho da Câmara feito porque é um Vereador absolutamente presente, trabalhador em todas as questões que têm a ver com a sustentabilidade ambiental e ao trabalho de todos, vamos lá ver, não é o trabalho do responsável, os políticos são importantes para apontar caminhos, para liderar, mas depois o trabalho é feito por uma nova geração de técnicos a quem eu publicamente reconheço e faço questão disso, reconheço todo o mérito, há uma geração, há vários em todas as áreas, na hídrica, na energética, nas alterações climáticas, na educação ambiental, até no desporto nós temos projetos para poupar a água nos equipamentos desportivos que estão neste momento a fazer-se, praticamente não há aspeto nenhum, mas isso deve-se tudo em primeiro lugar aos técnicos municipais, alguns deles estão aqui, poucos, mas estão aqui vários, todos jovens, todos com grande *know-how*, todos apaixonados por aquilo que fazem, e a parte política comigo à frente a liderá-la sempre a dizer "este é o caminho" porque isto tem a ver com o futuro dos nossos netos e dos nossos filhos, mas isto não é dito da boca para fora de ânimo leve, isto é dito com conhecimento e com todo o sentido de responsabilidade.-----

Passou-se à votação;-----

Relatório Final do Plano de Ação para a Sustentabilidade Energética e Climática do Concelho de Loulé: foi aprovada por unanimidade;-----

Adesão ao Pacto de Autarcas: foi aprovada por unanimidade;-----

O Senhor Presidente da Assembleia deu por terminada a sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente Ata, que depois de discutida e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____
A 1ª SECRETÁRIA _____
A 2ª SECRETÁRIA _____
João Concílio

